

Agosto

- [15 e 16] **Congresso Brasileiro de Stress: Pesquisa e Intervenção**
 Organização: Centro Psicológico de Controle do Stress. Local: Hotel Pestana São Paulo - Rua Tutóia, 77 - Jardim Paulista - São Paulo, SP. Informações e inscrições: (11) 288-0782/ (19) 3887-1551 Emails: centrodestress.congresso@estresse.com.br
 centrodestress.congresso_regioes@estresse.com.br
- [19] **Audiovisual - Para Conhecer Jacques Lacan**
 Coordenação: Rubens Riveras Valverde. Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: das 17h às 19h
 Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br; Site: www.centropsicanalise.com.br
- [29] **Debate: "Psicanálise e cidadania"**
 Debatedores: Daniel Delouya, Franklin W. Goldgrub e Polá Scalzo. Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 20h. Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br; www.centropsicanalise.com.br

Setembro

- [3 e 7] **Congresso Brasileiro da ABEAD (Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas)**
 Tema: O Jovem e as Drogas: Educação, Comunidade e Mídia. Local: Rua da Paz, 1.431 - Chácara Santo Antônio, São Paulo, SP. Informações: (11) 3889-0066.

- [4] **Curso de Formação em Psicanálise**
 Coordenação: Ernesto Duvidovich e Walkiria Del Picchia Zanoni. Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 18h às 21h. Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br; www.centropsicanalise.com.br
- [5, 6 e 7] **1º Congresso Brasileiro de Saúde Mental e Qualidade de Vida em Nefrologia**
 Local: Rua Botucatu, 740, São Paulo, SP. Horário: 08h às 17h
 Informações e inscrições: (11) 5574-6300; Email: psiconefro@nefro.epm.br; Site: www.unifesp.br/dmed/nefro/psiconefro
- [9] **Audiovisual - Para Conhecer Wilhelm Reich**
 Coordenação: Rubens Riveras Valverde. Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 17h às 19h
 Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br; www.centropsicanalise.com.br
- [12] **Início do Seminário Teórico: "A clínica dos distúrbios graves na infância"**
 Docente: Jussara Falek Brauer
 Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 15h30 às 17h. Carga Horária: 18 horas
 Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br; www.centropsicanalise.com.br

- [17, 18 e 19] **II Congresso Latino-Americano de Dinâmica dos Grupos e III Congresso Brasileiro de Dinâmica Interpessoal**
 Local: Hotel Plaza São Rafael - Avenida Alberto Lins, 514, Porto Alegre, RS. Horário: 08h às 19h
 Informações e inscrições: (51) 3332-9293, Email: racional@racional.com.br
 Site: www.racional.com.br
- [19 a 21] **II Congresso Brasileiro de Raimon-Thiers**
 Organização: Sociedade Brasileira Raimon-Thiers
 Tema: Psicomotricidade.
 Local: Hotel Hostess Costa do Sol, à av. Gil Veloso, 1.400 (Praia da Costa), Vila Velha, ES. Informações e inscrições: (21) 2569-1483 ou 2568-6240. remain_thiers@osite.com.br ou remain.thiers@openlink.com.br
- [20] **Curso Breve: "Quando, como e por quê se decide uma estrutura clínica?"**
 Docente: Alfredo Jerusalinsky
 Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 09h30 às 12h30 e das 14h às 17h
 Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; E-mail: cep@centropsicanalise.com.br; www.centropsicanalise.com.br
- [26] **Debate: "Criar filhos: prazer ou dever?"**
 Debatedores: Alessandro Cassia Leite Barbieri, Paula Regina Peron e Regina Célia Calvalcante de Carvalho (Chu)
 Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu, São Paulo, SP. Horário: 20h
 Informações e inscrições: (11) 3864-2330 / 3865-0017; Email: cep@centropsicanalise.com.br; www.centropsicanalise.com.br

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 136 • maio | agosto 2003

banco
social de
serviços
em psicologia

HÁ SINAIS DE NOVOS VENTOS!

27 de Agosto, Dia do Psicólogo, Lançamento Nacional do Banco

02 **Editorial**

Ciência e profissão Psicologia Organizacional amadurece e avança como prática e ciência

Questões éticas A categoria se prepara para atualizar e adequar o Código de Ética do psicólogo

06 **Conversando com o psicólogo** Sindicato e Conselho de Psicologia se unem em benefício do profissional

Formação ABEP se consolida como aglutinadora dos interesses pela melhoria da formação do psicólogo

08 **Opinião** Cida Bento traça a intersecção do preconceito com a fome no Brasil

Seção Aberta O Banco Social de Serviços em Psicologia cadastra voluntários dispostos a ajudar programas sociais do governo

Orientação Lista de testes psicológicos aprovados pelo CFP está para ser divulgada em agosto

13 **Políticas públicas** Estatuto da Criança e do Adolescente precisa de políticas públicas para atingir seus objetivos

Nuestra América Latina Riquezas naturais da Amazônia chamam a atenção dos EUA que podem usar o narcotráfico como pretexto para uma ocupação

15 **Um mundo melhor é possível** Jovens da Febem encontram na Liberdade Assistida uma alternativa para serem reinseridos à sociedade

Livros Obra mostra que os meios de comunicação, no escopo de explicar a escalada da violência, cumprem papel contrário: de banalização e estimuladora da criminalidade

19 **Mural**

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Ana Mercês Bahia Bock
Vice-presidente | Wanda Maria Junqueira de Aguiar
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureiro | André Isnard Leonardi

Conselheiros efetivos

Chica Hatakeyama Guimarães; Élcio dos Santos Sequeira; Elcimara Meire da Rocha Mantovani; Elisa Zanerato Rosa; Inêz Guimarães Pistelli; Kátia Rubio; Maria da Graça Marchina Gonçalves; Rafaela Aparecida Cocchiola; Rogério Izidro Duran; Sérgio Antonio da Silva Leite

Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Fátima Regina Riani Costa Taino; João Bosco Alves de Sousa; Maria José Medina da Rocha Berto; Vânia Conselheiro Sequeira

Gerente-geral

Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite

Membros | Kátia Rubio, Elisa Sayeg

Edição e textos

Aip-y Consultoria e Assessoria de Imprensa Ltda. (11) 5908-1307

Jornalista Responsável

H. Carrijo (MTB 17.396)

Colaboração

Vanessa Sayuri Nakasato

Projeto gráfico e Editoração

Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações

Juliana Migueletto e Claudia Gil Natsui

Impressão

Gráfica Benfica

Tiragem

55.000 exemplares

Periodicidade

bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

cep 05410-020 São Paulo – SP

tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br

Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932

Bauru | tel. (14) 223 3147, 223 6020

Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516

Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377

Grande ABC | tel. (11) 4436 4000

Santos | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441

São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047

Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Quando faltam recursos, os países vão buscar onde tem: pelo comércio ou pela guerra”

Wagner Ribeiro

“Qualquer norma será sempre provisória, a exemplo dos códigos de ética profissional”

José Carlos Tourinho

“Mexer no Estatuto da Criança e do Adolescente é eximir o Estado de uma obrigação que não vem cumprindo”

Rodrigo Junqueira

“O acúmulo de competência e o desejo de compromisso social levaram os psicólogos a apresentar uma proposta que resultasse na possibilidade de dizer à sociedade que queremos contribuir com a mudança”

Ana Bock



Há sinais de novos ventos!

O Brasil vai, aos poucos, descobrindo o quanto "o barco deixou de cumprir", ou seja, vamos retomando projetos sociais importantes que nada mais são do que o acesso da maioria da população a direitos básicos. As políticas neoliberais, que se desenvolveram no país durante os últimos 12 anos, construíram um Estado completamente desresponsabilizado com políticas sociais básicas. A população, já pobre, deixava de ter serviços de saúde, educação, saneamento e outros básicos; sem emprego, com baixos salários, íamos aos poucos, apresentando um Brasil com fome e sem esperança.

Em outubro de 2002, os brasileiros escolheram a mudança. E aí estamos nós,

buscando reverter anos de política neoliberal. Não é tarefa fácil para nenhum governo, mesmo com apoio social amplo. É uma tarefa para muitos e os psicólogos querem colaborar.

Os psicólogos, nos últimos 7 anos, caminharam em direção a uma profissão comprometida com as necessidades da maioria da população brasileira. Um ponto culminante desta trajetória foi a I Mostra Brasileira de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social, que reuniu 15 mil pessoas em São Paulo, em outubro de 2000, para mostrar as atividades profissionais que os psicólogos vinham desenvolvendo, na busca de caracterizar uma nova história para a Psicologia brasileira; uma

história de compromisso com a população e suas carências e necessidades.

Agora vamos dar um outro passo nesta direção com o Banco Social de Serviços em Psicologia. O Banco pretende reunir e organizar horas de trabalho voluntário para serem oferecidas para serviços profissionais junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Queremos mostrar à sociedade, na prática, nossas competências e possibilidades de colaboração para mudar o Brasil. Faremos isto, a partir de 27 de agosto, Dia do Psicólogo, quando daremos de presente à sociedade brasileira nossa disponibilidade de colaboração. Durante dois anos, estaremos desenvolvendo este projeto e depois deste prazo, o balanço permitirá revelar à sociedade brasileira uma profissão com cara nova.

Aos poucos, vamos firmando nossa profissão como uma atividade relacionada aos Direitos Humanos, às lutas sociais democráticas, ao fim de qualquer tipo de preconceito e ao fim das desigualdades sociais. Vamos colocando nossa profissão em um lugar de compromisso com a construção de um mundo melhor.●



A Psicologia dará um presente à sociedade brasileira

Dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, será lançado o Banco Social de Serviços em Psicologia. Seja um voluntário acessando na Internet a página www.pol.org.br.

Psicólogo, participe das atividades programadas pelas sede e subseções do interior. Acesse o site do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (www.crp.org.br) ou se informe no Departamento de Eventos do CRP-SP pelo telefone (11) 3061-9494 ramal 151 e por fax (11) 3061-0306.

Psicologia Organizacional ganha espaço nas empresas e sindicatos

Embora tenha surgido na segunda década do século passado em decorrência do fenômeno migratório para os grandes centros urbanos, só agora a Psicologia Organizacional no Brasil começa a ganhar maturidade, como indica a criação, em 2001, da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) e da Revista Psicologia: Organizações e Trabalho (RPO). Se no seu berço, a atividade resumia-se aos testes psicotécnicos em empresas ferroviárias, agora assume papel estratégico nas grandes corporações para o ganho de produtividade e na compreensão do sofrimento individual no desempenho das atividades de trabalho ou decorrente do desemprego, num mercado de trabalho pelo qual se compete não só com outros candidatos, mas com a tecnologia.

José Carlos Zanelli, da Universidade Federal de Santa Catarina, e Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, da Universidade Federal da Bahia, especialistas na matéria, realizaram recentes estudos sobre a evolução da Psicologia Organizacional e do trabalho que por muitos anos se ocupou basicamente da tarefa de recrutar mão-de-obra. Com os consumidores desguarnecidos em seus direitos, a indústria não se preocupava com a qualidade dos produtos que fabricava. Somente com o aparecimento das montadoras internacionais, no final dos anos 50, começou-se a investir na qualificação dos trabalhadores e as preocupações com métodos de gestão mais apropriados às condições e características do país. Mesmo assim, não cabia aos psicólogos este papel.

A partir da década de 80, porém, com o acirramento da concorrência, a interferência da informática nos procedimentos de gestão, a disseminação do conhecimento e as relações do trabalho, o psicólogo passou cada vez mais a se inserir nas atividades administrativas, de planejamento, consultoria, supervisão e assessoria das empresas. E, em razão da abertura de mercado e o aumento da competitividade internacionalizada nos últimos 10 anos, as organizações brasileiras passaram a exigir novas posturas e formas de trabalho.

O aceleramento das mudanças no mercado globalizado, segundo Zanelli, produziu novas demandas dos clientes e a remodelagem nas relações do trabalho. “Concepções administrativas tradicionais, como estilos de liderança, racionalização de processos e hierarquização organizacional estão dando lugar a novos conceitos, como capital inte-

lectual, gestão do conhecimento, alianças estratégicas, ética empresarial, organizações virtuais, tempo ocioso e outros”, revela ele.

Todos os movimentos fizeram do psicólogo um profissional valorizado. Assim como nas práticas tradicionais (treinamento, análise de trabalho, seleção, etc.), o psicólogo organizacional consolidou sua importância em novas propostas de intervenção (relações do trabalho, mudanças organizacionais, administração de pessoal, etc.). Transformações aconteceram inclusive em tarefas clássicas, como avaliação de desempenho. O psicólogo passou a considerar também o potencial de cada sujeito e não apenas o seu desempenho real.

A revolução é percebida quando o psicólogo começa a trabalhar com outros profissionais no contexto das organizações. Zanelli menciona a área de administração pessoal que conta, hoje, com psicólogos para o planejamento de cargos, movimentação de pessoal, remuneração, benefícios e planejamento global das necessidades de recursos humanos. No campo da qualificação, aparecem as atividades de desenvolvimento de carreiras, desenvolvimento gerencial e desenvolvimento de equipes. A atenção à saúde ocupacional e à ergonomia também ganha destaque. Embora, em menor proporção, psicólogos estão atuando nas questões de acidentes de trabalho, problemas de ajustamento e bem-estar e assistência psicossocial a trabalhadores. No campo das relações do trabalho, a atenção coloca o desafio de ações voltadas para a socialização e integração e para a regulação de conflitos.

Zanelli ressalta que se administrar tornou-se equivalente a coordenar capacidades em busca contínua de padrões coletivos de desempenho, a dimensão psicológica ou comportamental adquiriu novas demandas de sistematização e responsabilidades. “O psicólogo passou a contribuir para as decisões em nível estratégico nas empresas”, diz.

Novas perspectivas deram conta de que o ganho de produtividade estava atrelado ao bem-estar do trabalhador. Problemas intramuros são, hoje, mediados por psicólogos em se tratando de sobrecarga de trabalho, de falta de controle sobre o próprio trabalho, de recompensa justa, de união entre as pessoas e de equidade.

Desemprego — Fora da empresa, a questão ganha novo contorno: o sofrimento decorrente do desemprego. Num universo de quase 2 milhões de desempregados, 20,6% da população economicamente ativa na Grande São Paulo, o psicólogo organizacional vem sendo requisitado para resgatar a capacidade do trabalhador reinserir-se no mercado de trabalho. “Recursos públicos têm sido utilizados por entidades sindicais e patronais, como Senai, Senac e Sebrae, para recolocar o trabalhador no mercado e o psicólogo está inserido



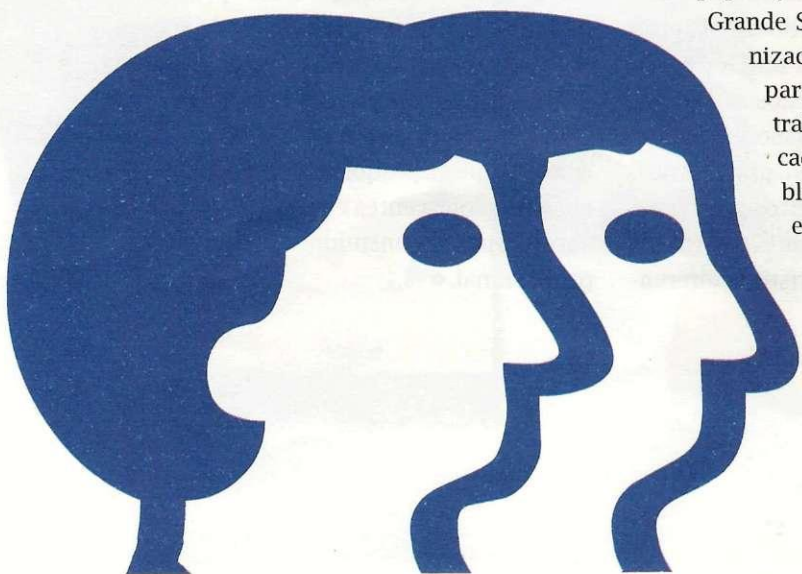
nesta política de formação profissional”, explica Jairo Borges Andrade, da Universidade de Brasília.

“Os sindicatos, em resposta às exigências das empresas, vêm cuidando até da saúde mental do trabalhador”, afirma. Ele dá o exemplo da Confederação Nacional de Trabalhadores na Educação que financia um grande projeto na UnB. “Alguns sindicatos começaram a empregar psicólogos na área de organização do trabalho e para analisar qualidades de programas de treinamento”, conta ele. “Na área pública também houve uma expansão. Usam-se os serviços dos psicólogos na realização de concurso para o ingresso no serviço público desde as mudanças constitucionais, em 1988, o que reduziu a contratação por apadrinhamento”, acrescenta.

Formação acadêmica — Jairo diz que a produção de conhecimento na Psicologia Organizacional se concentra nas universidades públicas e surge das pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação e de algumas instituições que não dão publicidade aos seus resultados, como a Marinha e a Embraer. Ele aposta na ampliação do espaço da Psicologia Organizacional nos meios acadêmicos. Ele cita o número de apresentações nesta área, no III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, em maio passado: foram mais de cem. Jairo diz, ainda, que a geração formada pelos professores, que começaram a formar os alunos da pós, será a propulsora e pulverizadora da Psicologia Organizacional nas universidades.

E-mail e site da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT): sbpot@natal.digi.com.br e www.sbpot.ufsc.br.

Email da Revista Psicologia: Organizações e Trabalho: rev-pot@cfh.ufsc.br



Código de Ética em sintonia com o compromisso social

“Qualquer norma, por mais genérica e extensa que seja, será sempre provisória, a exemplo dos códigos de ética profissional, que necessitam de atualização constante para dar conta dos novos padrões sociais estabelecidos”. A frase de José Carlos Tourinho e Silva, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e membro da Comissão Organizadora do Fórum Nacional de Ética, que acontece em novembro em Brasília, resume as razões pelas quais a categoria se prepara para reformular o Código de Ética da profissão. O processo foi desencadeado na APAF (Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia) de 2002 e deverá estar concluído em maio do próximo ano.

Peça normativa editada em 1987, o Código de Ética foi elaborado antes do surgimento de novidades tecnológicas que interferiram no comportamento humano, como a Internet, e da edição, na esfera jurídica, de leis de grande impacto social, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor, a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta a pesquisa com seres humanos, o novo Código Civil, o Código Brasileiro de Trânsito e a lei que institui a reforma psiquiátrica.

Por estes aspectos, de acordo com Tourinho, o Código de Ética já se mostra insuficiente seja nos princípios que fundamentam, seja com respeito às normas para determinados contextos. “Para preencher certas lacunas, o Conselho Federal de Psicologia teve que baixar Resoluções como as que regulamentam a divulgação, o exercício e a pesquisa com métodos e técnicas não reconhecidos, a postura diante da orientação sexual do cliente, a pesquisa com seres humanos e a participação em processo seletivo ou concurso público”, exemplifica. Ele conta um episódio ocorrido em 1994 com alguns psicólogos que davam atendimento psicoterápico por telefone, desvalorizando a relação direta e presencial com o cliente. Como o Código de Ética era omissivo àquele respeito, foi preciso incluir um dispositivo vedando o serviço.

Tourinho observa que a desatualização verifica-se, ainda, devido a mudanças no âmbito da profissão. “Estamos assistindo a uma expansão da profissão em novos espaços: postos de saúde, hospitais gerais, centros sociais, movimentos sociais e ONGs”, atesta. “Os novos contextos trazem nova clientela, com características diferen-

ciadas da tradicional, determinando o desenvolvimento de novos procedimentos de abordagem, avaliação e intervenção, além de exigir a revisão dos parâmetros teóricos e dos valores que servem de referência para a prática”.

Aloizio Lopes de Brito, secretário de Orientação e Ética do Conselho Federal de Psicologia, acrescenta que a atualização do Código de Ética decorre também da conciliação da categoria com a sociedade. “O Código atual é pensado apenas para o psicólogo, procura disciplinar um comportamento quase que individual como se o profissional estivesse atuando sobre um ser desconectado da sociedade”, diz. Para ele, o novo código precisa ser um instrumento que responda às necessidades da relação do psicólogo com a sociedade.

“O psicólogo atua hoje em conselhos tutelares, em hospitais e associações comunitárias e, de repente, essas relações são ignoradas pelo Código de Ética”, pondera. “Devemos adequar o novo código à visão coletiva e de cidadania”, aconselha.

Mais do que isto. Para José Tourinho, da UFS, a única opção ética e de sobrevivência da profissão é estender o serviço de psicologia à população de baixa renda. “A psicologia intimista e elitista resultaria numa profissão a serviço de uma clientela cada vez menor, devido à redução do poder aquisitivo da população, ao mesmo tempo em que ficaria distante dos problemas típicos desta mesma população”, argumenta. “Teríamos cada vez menos clientes e estaríamos comprometendo a eficácia das práticas pelo pouco conhecimento do contexto social”. Segundo ele, o compromisso social é o caminho da sobrevivência da categoria. E o Código de Ética deve estar sintonizado com os caminhos escolhidos pela categoria e com a dinâmica da sociedade.

José Tourinho acredita que o novo código vai se restringir ao enunciado de princípios, não prescrevendo normas de conduta. Quanto aos princípios fundamentais, alguns deverão receber novas definições ou ser substituídas por terminologia mais atual, como o que se refere à “promoção do bem estar”, que, para ele, pode ser entendido por várias perspectivas. Quanto às normas de conduta, as adequações deverão se referir mais à inclusão de itens concernentes à pesquisa, à relação com crianças e adolescentes e aos direitos do cliente enquanto consumidor de um serviço profissional. ●

Fórum Regional do Código de Ética de São Paulo acontece em setembro

A coordenadora da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Elisa Zaneratto Rosa, observa que o novo código será o retrato da nova relação da categoria com a sociedade. Daí, a importância de que o maior número possível de profissionais participem efetivamente de todas as etapas de discussão.

Inicialmente, os Conselhos Regionais promoverão eventos preparatórios, reuniões de psicólogos nas cidades, instituições e locais onde haja mobilização. Em alguns destes eventos, serão realizadas palestras sobre os aspectos do tema com o objetivo de subsidiar as discussões e qualificar as teses. O CRP-SP pretende organizar um encontro preparatório para produzir propostas que comporão, junto com aquelas trazidas pelas subseções, um caderno de teses que será encaminhado para discussão no Fórum Regional de Ética do Estado de SP.

Em seguida, ocorrerão os Fóruns Regionais, um em cada jurisdição dos 15 Conselhos Regionais. Na ocasião, as teses serão apresentadas, discutidas e votadas.

Além disso, serão escolhidos os dois delegados de cada Região que, juntamente com o delegado representante da plenária do CRP, irão ao II Fórum Nacional que ocorrerá em Brasília, novembro próximo. No Fórum Nacional, serão discutidas e votadas as teses aprovadas nos Fóruns Regionais. Dessa forma, todos terão a oportunidade de participar, em diversos momentos, com chances iguais de serem escolhidos delegados. O Fórum Nacional, assim como os Regionais, tem caráter consultivo. A instância deliberativa será a APAF (Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia).



Psicólogos, participem dos debates sobre a reforma do Código de Ética:

Evento Preparatório

Data 16 de agosto (sábado)

Local Auditório do CRP-SP, à rua Arruda Alvim, 89, São Paulo.

Programação

09h00 Palestra de Abertura - Ética e Atuação Profissional do Psicólogo:

Ana Mercês Bahia Bock

10h30 Trabalho em grupos

12h30 Intervalo para coffee break

13h30 Trabalho em grupos

15h00 Plenária

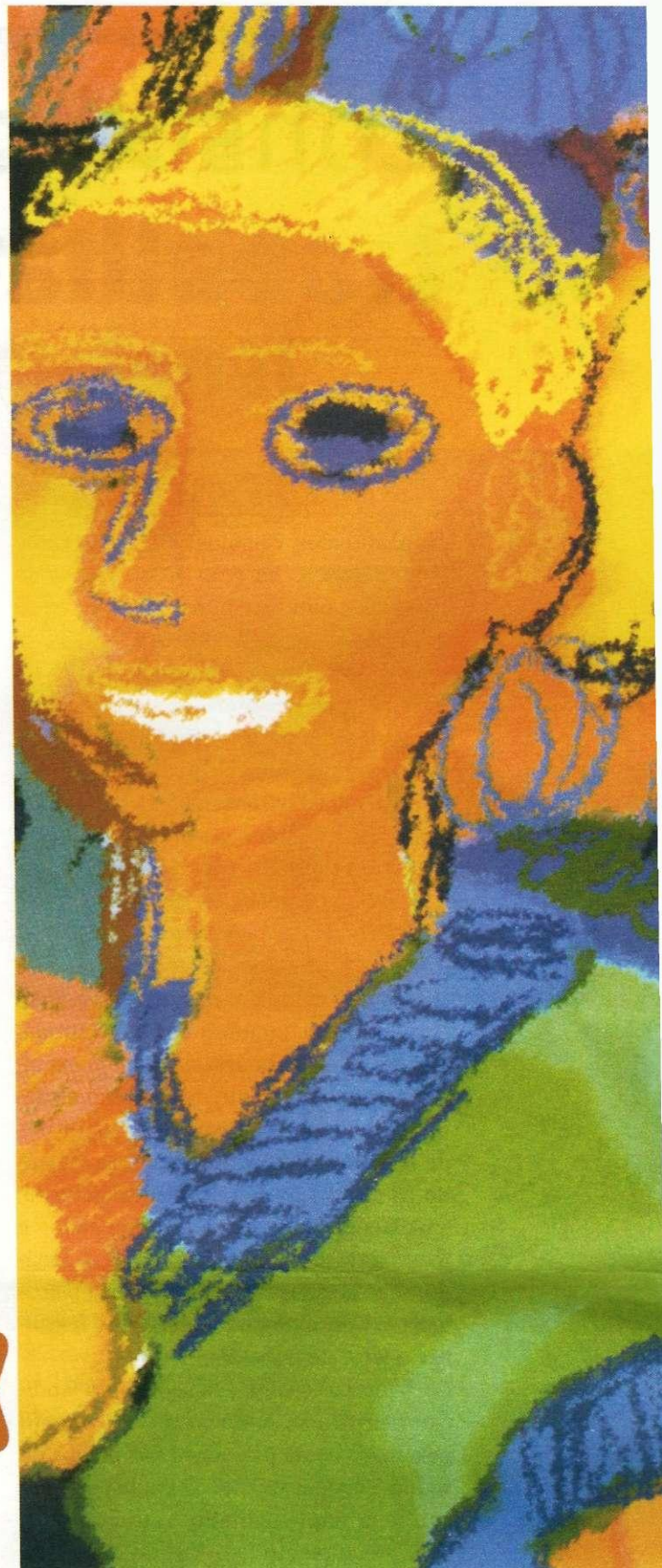
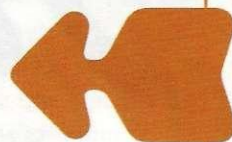
16h00 Encerramento

Lotação 120 lugares

Entrada gratuita.

Solicitamos confirmação de sua presença no evento por telefone:

(11) 3061-9494 ramal 151 ou por e-mail: infoeventos@crpsp.org.br.



ÉTICA E PSICOLOGIA: UMA PERSPECTIVA CIDADÃ

Atualizando o Código de Ética
Venha discutir e propor mudanças para o Código de Ética Profissional.

Fórum Regional de Ética

Data e horário do evento 19 de setembro das 19h30 às 22h00
20 de setembro das 08h30 às 19h00

Local Centro de Convenções Lorena Flat, localizado na Avenida Rebouças, 955.

Lotação 230 lugares

Entrada gratuita.

Inscrições Antecipadas até dia 04/09/03*: no Depto. de Eventos do CRP-SP, por telefone, fax ou e-mail.

Tel. (11) 3061-9494 ramal 151

Fax (11) 3061-0306

E-mail infoeventos@crpsp.org.br

Maiores informações: www.crpssp.org.br

* Após esta data as inscrições serão aceitas apenas no local do evento

Fórum Nacional de Ética

Data dias 7 e 8 de novembro, em Brasília



Conselho e Sindicato trabalhando pela profissão

Nem sempre foi assim. Mas o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo aprenderam a convergir suas funções jurídicas e políticas. Se, no passado, havia conflitos na execução das tarefas, hoje, as duas entidades se complementam em muitas lutas de interesse da psicologia enquanto ciência e profissão. Esta interface vem sendo construída nos últimos anos. A conselheira Wanda Maria Junqueira de Aguiar lembra que, há uma década, o próprio Conselho não tinha clareza de qual era seu verdadeiro papel. "O CRP-SP cuidava mais de defender o profissional do que a profissão e a sociedade, como é feito hoje", compara.

O trabalho conjunto das duas entidades envolve várias áreas. Um bom exemplo deste alinhamento de ação são as demandas que dizem respeito às condições de trabalho, as mais corriqueiras. Quando os casos são de natureza trabalhista, envolvendo empregado e empregador e jornada de trabalho, o sindicato é acionado. Se a questão afetar o serviço da psicologia, o Conselho pode interferir e fiscalizar o local de trabalho.

A intersecção do Conselho e do Sindicato verifica-se também no movimento pela inserção da psicologia nos planos de saúde. Enquanto o CRP-SP cuida para que isto seja implementado, respeitando o bom atendimento, a ética e a qualidade de serviço no exercício profissional, o Sindicato estuda meios para que a inserção seja acompanhada de justa remuneração, boas condições de trabalho e carga horária coerente.



Segundo Fernanda Lou Sans Magano, presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, outras lutas que ganharam força justamente por conta da união de ambas entidades foram as campanhas contra a redução da maioria penal e pela redução do ISS e a Luta Antimanicomial.

"A reaproximação do Sindicato e do Conselho, que começou há cinco anos, é uma construção política que só trouxe benefícios", afirmou. Ela justifica o surgimento do processo de aproximação das entidades em decorrência das dificuldades da categoria no aspecto organizacional, uma vez que o psicólogo é um "falso autônomo". Segundo Fernanda, o psicólogo em geral não sobrevive do recurso que advém de seu consultório particular, o que o leva à vida acadêmica ou ao serviço público e a buscar ajuda e orientação do Conselho e do Sindicato. "Esta parceria fortaleceu a categoria", afirmou.

O conselheiro André Isnard Leonardi acrescenta que as diferentes funções do Conselho e do Sindicato trouxeram benefícios aos psicólogos. Ele observa que as distintas frentes de atuação permitiram que as entidades executassem políticas que, no conjunto, tornaram a psicologia mais respeitada. Para André, como o Sindicato responsabiliza-se por garantir os direitos referentes ao exercício da profissão, o Conselho luta pela qualidade do trabalho e ambos buscam integrar o profissional nas políticas públicas, ampliando seu campo de trabalho. ●

Email do sindicato:

sinpsi-sp@uol.com.br

Email do CRP-SP: info@crpsp.org.br

As diferenças funções jurídicas do Conselho Regional de Psicologia e do Sindicato



Conselho Regional de Psicologia:

Segundo o Artigo 1º da Lei Federal 5.766/71, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia. Eles são destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

Sindicato dos Psicólogos:

As leis que regem o Sindicato estão na Consolidação das Leis de Trabalho e na Constituição Federal. São prerrogativas da entidade:

- Representar, perante as autoridades, os interesses gerais ou individuais dos seus associados;
- Celebrar acordos coletivos de trabalho;
- Colaborar com o Estado, com órgãos técnico e consultivo, no estudo de soluções dos problemas relacionados à categoria;
- Promover a conciliação nos dissídios de trabalho;
- Promover, na medida do possível, por meio de convênios com entidades assistenciais ou por conta própria, a cooperação operacional na empresa e a integração profissional da classe.

IV Encontro consolida ABEP

O IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), realizado em João Pessoa, na última semana de maio, paralelamente ao III Encontro Norte-Nordeste, consolidou a jovem entidade no papel de aglutinadora dos movimentos para a melhoria da formação profissional. Inara Barbosa Leão, eleita presidente neste encontro, afirma que a representatividade da ABEP não pode ser mais questionada. Segundo ela, o reconhecimento ao seu trabalho é demonstrado pelos segmentos aos quais está associada, pelas instituições políticas e civis com os quais mantém interlocução e pelo número de inscritos que cresce a ponto de a entidade já contar com representações regionais.

Inara adianta que, nos próximos dois anos de mandato, dará seqüência aos trabalhos desenvolvidos pela gestão passada, que teve à frente a ex-presidente Maria das Graças Victor, e finalizar as discussões com o Ministério da Educação sobre as novas diretrizes para os cursos de psicologia e atendimento às novas solicitações. Inara diz já ter priorizado algumas ações. "A ABEP irá aprofundar as discussões sobre as possibilidades do ensino de psicologia e privilegiar os aspectos relativos às necessidades da população brasileira desde os cursos de graduação em Psicologia", afirma. "Esta possibilidade demandará o incremento das pesquisas, tanto acadêmicas como daquelas que resultam da análise e sistematização das práticas profissionais", acrescenta ela.

Outra matéria que continuará a receber atenção especial são os cursos de especialização, discussões que ocupam várias atividades da Associação.

"Pretendemos dar difusão aos resultados alcançados nas discussões em torno tanto dos cursos acadêmicos e daqueles voltados para as práticas", conta. Por conta disto, a ABEP deverá identificar grupos que realizam pesquisas sobre a formação em psicologia e disseminar os estudos que já tenham produ-

zido contribuições. "A reunião desses trabalhos e o cotejamento de seus resultados vão nos fornecer um quadro atualizado de nossas necessidades e as soluções respectivas", acredita.

A ABEP pretende, também, incentivar a interatividade do *site* da Associação e ampliar a troca de dados da entidade e os associados, que representam um amplo espectro de ensino: estudantes, professores, psicólogos e entidades. Desta transferência de informações, a ABEP espera traçar uma radiografia das demandas do ensino da profissão e de todos que fazem parte deste universo.

Encontro - O IV Encontro Nacional da ABEP atingiu o propósito de apresentar parâmetros indicativos de quais elementos a psicologia pode se utilizar na avaliação da qualidade dos cursos. O ponto alto do evento, segundo a ex-vice-presidente da Associação, Sueli Terezinha Ferreira Martins, foi o II Seminário sobre a Formação: A Qualidade dos Cursos de Especialização em Psicologia. Ela explica que, pela primeira vez, a ABEP parou para discutir a especialização. Os participantes fizeram trabalhos em grupo e montaram propostas de indicadores e parâmetros de qualidade.

Para Sueli Terezinha, o evento deste ano avançou em relação aos anteriores no aspecto qualitativo e quantitativo. Foram realizadas 11 sessões de comunicação,

espaço aberto em que professores e alunos puderam apresentar 58 estudos sobre formação. O Encontro foi o espaço, também, para quatro mesas redondas que discutiram temas de grande interesse acadêmico: A Mercantilização da Educação: Repercussões na Formação do Psicólogo; A Atual Conjuntura Política e o Futuro da Formação em Psicologia; Resgate Histórico da Organização do Ensino da Psicologia no Brasil; A Formação de Formadores: Trajetória da Formação do Professor. Além disso, realizou reuniões com os diferentes segmentos envolvidos com a formação em Psicologia.

Email da ABEP:
webmaster@abep.org.br

Nova diretoria

Presidente
Inara Barbosa Leão

Vice-presidente
Mariza Monteiro Borges

Secretária
Junea Maria Campos Lara

Tesoureira
Maria da Graça Jacques

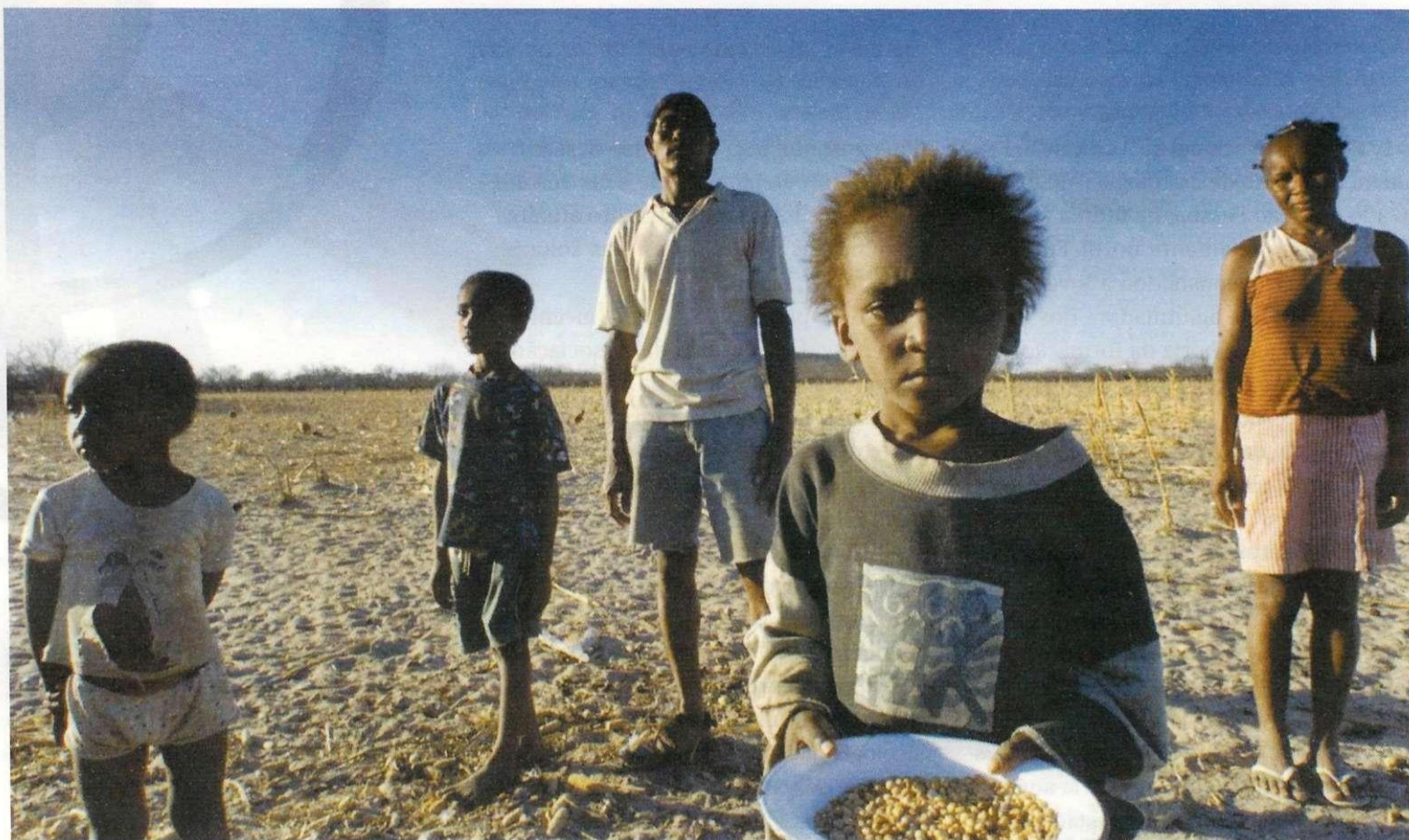
Suplentes
Cecília Pescatore
Rinaldo Correr
Jayme Panerai Alves
Juliana Santana



ABEP
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ENSINO DE PSICOLOGIA

A cor da fome

e a cor do “Fome Zero”



Se um dos principais objetivos do “Programa Fome Zero” é acabar com a fome e desenvolver ações estruturais que possam combater a pobreza, a população negra (parda e preta) deve merecer atenção especial nas diferentes ações implementadas uma vez que, os negros em 1999 representavam 45% da população brasileira, mas correspondiam a 64% da população pobre e 69% da população indigente. O governo do Presidente Lula tem afirmado que a fome no Brasil tem cor e vitimiza mais duramente a população negra. Acrescente-se a isto o fato de que, desde seus primeiros pronunciamentos, o Senhor Ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, vem salientando a importância da consideração do fator racial como dado diferencial nas condições de vida da população brasileira e, portanto, como um dado a ser incluído na formulação e execução das políticas públicas. Paradoxalmente, a questão das relações raciais se encontra quase que completamente invisibilizada nas diferentes dimensões do Programa “Fome Zero”. Como se justifica este silêncio?

Negros não são discriminados porque são pobres, mas são pobres porque são discriminados. E se o próprio texto do programa “Fome zero” nos revela que a pobreza tem como ingrediente principal as desigualdades, um recorte racial na política de segurança alimentar representa um passo fundamental para o equacionamento da problemática das seculares desigualdades raciais brasileiras.

A cor da pobreza

A pobreza brasileira tem estreita relação com a desigualdade na distribuição de recursos, e não na escassez dos mesmos. “Isso significa dizer que o Brasil, tanto em termos absolutos como em relação aos diversos países do mundo, não pode ser considerado um país pobre, mas, sem dúvida alguma, deve ser considerado um país extremamente injusto”. Com isto, nascer negro está diretamente relacionado à possibilidade de estar vinculado à pobreza, pois a “população negra concentra-se no segmento de menor renda per capita da distribuição de renda do país”.

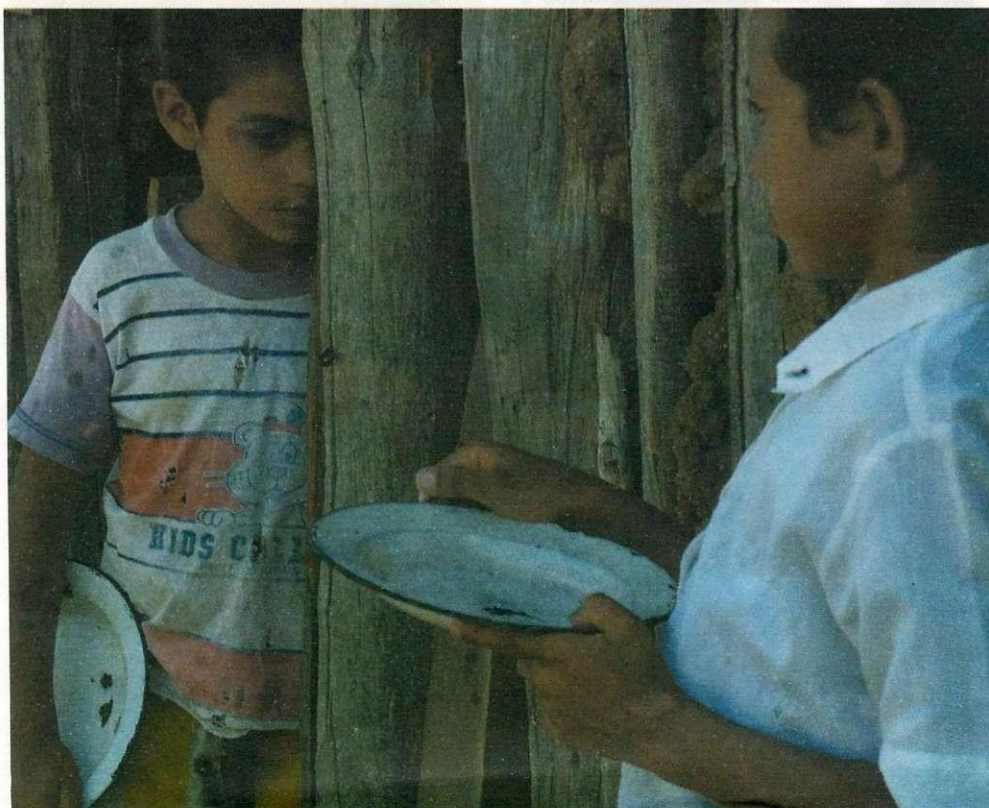
IDH em preto e branco

Marcelo Paixão e Wania Sant’Anna (1997) desenvolveram um estudo sobre os Indicadores de Desenvolvimento da Popula-

ção Negra, baseado nos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) levantado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), partindo dos dados divulgados, e constatam que:

1. a qualidade de vida do negro brasileiro fica em 101º lugar e a do branco em 46º lugar;
2. os negros têm qualidade de vida comparável à dos moradores dos países pobres como Vietnã (101º lugar no ranking da ONU) e Argélia (100º lugar);
3. os brancos têm qualidade de vida similar à dos moradores de países como Croácia (46º lugar) e os Emirados Árabes (45º lugar), de maior desenvolvimento.

Com certeza, muitas ações do Programa atingem a população negra, mas é preciso que isto seja feito de maneira direci-





onada. Não podemos deixar de lembrar aqui que as políticas universais têm melhorado a condição de negros e brancos, mas não tem conseguido diminuir os diferenciais entre negros e brancos.

O que fazer?

Se quisermos ver alterado o quadro de pobreza e fome no Brasil, temos que combater as desigualdades.

Um bom começo pode ser a realização de um esforço no sentido de formular, em parceria com as organizações negras, um programa nacional que viabilize o corte racial nas ações do projeto "Fome Zero", *não apenas as ações emergenciais mas principalmente as estruturais, ou seja emancipatórias.*

Pode-se ainda desenvolver, em conjunto com as comunidades remanescentes de quilombos, a junção de ações fragmentadas em curso, com vistas a implementar um projeto nacional que favoreça a titulação de suas terras, a emancipação dos quilombolas no que diz respeito a questões voltadas à saúde, à educação, ao acesso a micro-crédito, apoio à agricultura familiar e o incentivo à produção para o autoconsumo, e outras.

Uma outra frente de trabalho pode ser desenhada com vistas a favorecer a construção, em conjunto com grupos culturais urbanos, de propostas de geração de emprego e renda e acesso a micro-crédito, capazes de fortalecer o desenvolvimento e a sustentabilidade dos micro-empresendimentos da população negra.

Enfim, pode-se investir esforços na busca do engajamento pró-ativo das organizações urbanas e rurais na rede nacional em defesa da segurança alimentar.

Trata-se, enfim de viabilizar o envolvimento de uma legião de ativistas, militantes e potenciais colaboradores que podem e devem encontrar um espaço no qual possam engajar-se e promover ações que ampliem as possibilidades de emprego e renda e a mobilização social em favor da eliminação da pobreza e da fome.

Maria Aparecida da Silva Bento

Diretora do CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades; Conselheira do CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar.
Email: cibento@uol.com.br

CURSOS DE EXPANSÃO CULTURAL



Início em meados de agosto com duração máxima de um semestre

- A Arte de Contar e Ouvir Histórias na Contemporaneidade
- A Clínica do Adolescente: Uma Compreensão Psicodinâmica
- A Dialética Grupo/Indivíduo numa Visão Sistêmica: Desafio da Interdependência Indivíduo, Família, Sociedade
- A Eutonia e o Corpo do Terapeuta
- A Psique e o Corpo. Uma Abordagem Junguiana
- Arte: Ampliação do Campo da Consciência
- Arte Terapia no Contexto Educacional: Despertando a Criatividade e Ampliando Projetos Educacionais Através da Literatura Infantil e da Criação Literária
- Arte Terapia: Noções Básicas em Atelier
- As Possibilidades do Contador de Histórias no Mundo Contemporâneo
- Clínica Psicanalítica com Crianças: A Configuração de um Campo
- Cuidadores de Idosos
- Da Arqueologia do Saber à Genealogia do Poder Uma Introdução ao Pensamento de Michel Foucault
- Da Gravidez ao Primeiro Ano de Vida Uma Abordagem Reichiana
- Educação Postural: Um Caminho para o Autoconhecimento. Construção do Corpo
- Encontro com a Clínica Psicopedagógica
- Humanização - Aspectos Subjetivos nas Práticas de Saúde
- Introdução à Clínica Corporal com Crianças
- Introdução à Clínica Junguiana do Psicodiagnóstico à Intervenção Clínica
- Introdução à Gestalt Terapia: Uma Perspectiva de Compreensão Teórica e Vivencial da Abordagem
- Introdução à Psicossomática Psicanalítica: Uma Visão Teórico-Clinica
- Introdução ao Estudo dos Sonhos, Segundo a Visão Junguiana
- Jogos, Corpo e Imagem: Introdução à Visão Psicopedagógica
- Jung e Corpo: Aplicações e Amplificações
- Massagem: Percepção, Saúde e Transformação
- Mente e Cérebro: Perspectivas na Filosofia e na Psicologia
- Mitos, Símbolos e Arquétipos - Estudo Teórico e Vivência por Meio de Jogos Cooperativos e Atividades de Integração Psicofísica
- Movimento Expressivo e Processo Alquímico
- Movimento, Respiração e Canto
- O Arquétipo do Caminho, A Individuação Através da Arte do Movimento Expressivo
- O Desenvolvimento do Raciocínio Clínico na Prática Psicoterapêutica
- O Método Feldenkrais de Educação Somática
- O Pensamento da Desconstrução e a Filosofia da Diferença - Nietzsche, Deleuze e Guattari
- Psicodinâmica: Diagnóstico Psicodinâmico. Suas Bases Psicanalíticas e Sistêmicas
- Psicologia do Esporte
- Psicopatologia e Psicofarmacologia para Psicólogos e Profissionais Afins
- Recursos Terapêuticos e Trabalho Grupal na Abordagem Junguiana
- Relações Parentais e o Primeiro Ano de Vida do Bebê
- Terra, Terrinha, Terrazona - Arte/Educação. Natureza. Consciência
- Trabalhando com Grupos

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

A partir de junho de 2003
Rua Ministro Godoy, 1484
Perdizes, São Paulo/SP
Tel: 3866-2730 / 31 / 32 / 33 / 34
Http://www.sedes.org.br
e-mail: sedes@sedes.org.br

FREUD 24 vols

Promoção: 4 x 199,00
Atendemos a todo Brasil
Entregamos a domicilio
R.J. (021) 8859-1571

O Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP), está com inscrições abertas para: CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
Coordenação: Ernesto Duvicovich e Wálkíria Del Picchia Zanoni
Início: 04 de setembro de 2003 / Duração: 6 semestres
Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou 5ª feira: das 18h às 21h
Informações: 11 3864-2330 / 3865-0017
Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu / SP
www.centropsicanalise.com.br/cep@centropsicanalise.com.br

Instituto de Psicologia e Acupuntura Espaço Consciência S/C Ltda.

curso: ACUPUNTURA TRADICIONAL PARA PSICÓLOGOS-2003
duração: 2 ANOS e 6 MESES
carga horária: 1200 HORAS
início: AGOSTO DE 2003
local: SÃO PAULO
informações: 0XX 11 6918 9401
e-mail: institutodeacupuntura@ig.com.br
www.psicologiaeacupuntura.com.br
INSCRIÇÕES ABERTAS Terceira turma (2003)

III ENCONTRO PSICANALÍTICO DA TEORIA DOS CAMPOS:



A Clínica Extensa

22, 23 e 24 de agosto de 2003
Centro de Convenções Pompéia
Av. Pompéia, 888 - São Paulo - SP

Temas principais

- O Consultório do Analista: outras formas de atendimento, outras patologias, outras teorias.
- A Vida Blindada: o ato clínico estendido à realidade, à violência, à política, às religiões.
- Medicina e Psicanálise: participação da Psicanálise no hospital, na consulta médica, no ensino.
- As Idades: criança, educação e clínica, adolescência; clínica da terceira idade.
- As Artes como Extensão da Clínica: a literatura, as artes plásticas, a dança.

Informações

Tel. (11) 3064-3186 ou 3069-6188
diphc@hcnet.usp.br

CATEGORIAS	ANTECIPADA	NO LOCAL
Estudantes	R\$ 30,00	R\$ 50,00
Associados CETEC e CEPSC	R\$ 70,00	R\$ 100,00
Profissionais	R\$100,00	R\$ 150,00

Anexar comprovante da condição de estudante ou associado. Vagas limitadas

Organização e realização

CETEC - Centro de Estudos da Teoria dos Campos e CEPSC - Centro de Estudos em Psicologia da Saúde da Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP



Programação de Cursos 2º semestre 2003

— em São Paulo e Campinas —
Cursos de Especialização, Formação e Aperfeiçoamento em Clínica, Seleção e Avaliação Psicológica, Educação e RH. Confira novos cursos: Especialização em Psicologia Hospitalar e Recursos Humanos

Inscriva-se e cadastre-se em nosso site: www.pieron.com.br - tel. (11) 5573-9688

Sinais de novos tempos: está no ar o Banco Soc

Os sinais de desejo de mudanças no país, expresso pelo povo nas urnas em 2002 chegaram aos corredores dos Conselhos Regionais de Psicologia. Anunciados em outubro do ano passado, durante encontro da APAF, os novos ventos vieram para renovar o ar da profissão com a implementação de um dos maiores programas sociais que já se teve notícia no Brasil. O Conselho Federal de Psicologia colocou no início de junho em seu *site* (www.pol.org.br) o Banco Social de Serviços em Psicologia (BSSP), um projeto que visa cadastrar, em cada um dos 15 CRPs, psicólogos dispostos a ceder horas e dias de trabalho para programas sociais desenvolvidos por órgãos públicos. O lançamento oficial do Banco Social será no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo.

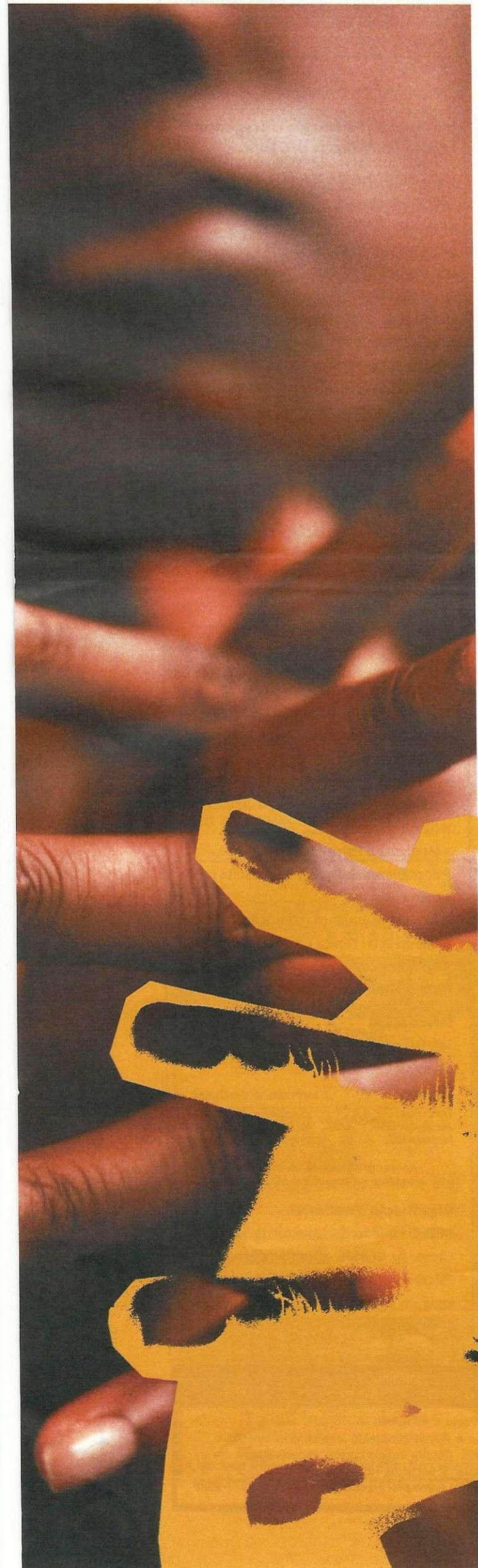
O projeto é ambicioso. Espera-se uma legião de psicólogos voluntários para trabalhos em psicologia. Até o fechamento desta edição, mais de mil profissionais de todo o país já tinham se cadastrado. Mais do que ambicioso, o Banco Social de Serviços é revolucionário porque dá uma guinada de 180°, não só na perspectiva, mas na atitude da categoria em relação à sociedade. Ainda hoje, vista pela maioria como elitista, a psicologia tem com o Banco So-

cial a oportunidade de contribuir com as parcelas mais pobres do tecido social. Ao mesmo tempo, será possível dar visibilidade às práticas que continuam invisíveis aos olhos da política pública.

Ana Bock, presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, explica que, nos últimos 15 anos vem crescendo um movimento dentro da categoria para redirecionar a profissão rumo ao comprometimento com a maioria da população, que não tem acesso ao serviço de psicologia. Neste período, a profissão acumulou competências em muitos setores, áreas sociais e instituições que não foram colocadas em prática em todo seu vigor. Em virtude do pouco espaço nos órgãos públicos, as ações que poderiam ter sido desenvolvidas continuam represadas. "Tudo isto junto, o pouco espaço, o acúmulo de competência e o desejo de compromisso social nos levaram a apresentar uma proposta que resultasse na possibilidade de dizer à sociedade que queremos contribuir com a mudança", resume Ana Bock. Para ela, a psicologia, não sendo acessível à maioria da população, contribui para a desigualdade social. "Este quadro agora pode mudar", aposta.

A operacionalidade deste sistema vai se valer do cruzamento de informações prestadas pelo psicólogo que se cadastra no Banco (veja Box) com o levantamento de projetos sociais desenvolvidos por governos municipais, estaduais e federal. Com estes dados, será possível mapear o programa que mais se adequa à área de competência do psicólogo voluntário. Segundo Ana Bock, os profissionais estarão contribuindo no desenvolvimento de um serviço público digno e que esteja realmente à serviço da população que dele precisa.

Odair Furtado, presidente do Conselho Federal de Psicologia, adverte que a triagem dos programas sociais será rigorosa. "Serão incluídos no Banco apenas aqueles que de alguma forma apostam na transformação social, que visem à construção da cidadania e à superação da diferença social do país", explicou. O crivo será dos Conselhos Regionais de Psicologia, que não vão atuar sozinhos. Será solicitada a colaboração de movimentos sociais reconhecidos, Organizações Não Governamentais e órgãos de controle social na decisão sobre os projetos necessários e importantes.



Banco Social de Serviços em Psicologia

Como se cadastrar no Banco Social de Serviço em Psicologia (BSSP) para receber informações



No site www.pol.org.br, acesse a seção *Sinal dos Novos Tempos*. Para receber todas as informações sobre o projeto de serviço, preencha o cadastro fornecendo as seguintes informações: dados pessoais, contato, área de competência, horas de trabalho voluntário e anos de formado. Os projetos identificados pelo BSSP serão colocados no site para os profissionais interessados, que só aí deverão se inscrever para o trabalho.

São muitas as possibilidades de contribuição dos psicólogos. Na área da Educação, o profissional pode ajudar a dinamizar a instituição escolar, superar dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e a inserir os pais das crianças em debates que discutam a educação dos filhos. Os psicólogos estão preparados, ainda, para auxiliar comunidades a organizar cooperativas para a geração de renda. Na saúde, a inserção do psicólogo voluntário pode ampliar o tipo de atendimento psicológico que já é feito nos postos de saúde pública. No sistema penitenciário e nos manicômios judiciais, ajudar na avaliação psicológica dos internos.

O Banco Social também considerará, para a indicação de profissionais, critérios como a área de competência do psicólogo cadastrado e o número de anos de prática profissional. O trabalho destes profissionais será supervisionado e qualificado e para isto o CRP deverá estabelecer convênio com as Universidades paulistas.

Odair Furtado observa que o Banco Social tem um ciclo de vida de dois anos, período em que se acredita suficiente para despertar não só o psicólogo para a questão do compromisso social, mas, fundamentalmente, os agentes políticos. "Queremos mostrar ao Estado que o psicólogo é capaz de intervir e colaborar com seu trabalho em programas sociais", avalia. Para ele, o que se pretende é que o psicólogo a médio prazo seja contratado nos serviços públicos e a Psicologia possua um espaço maior nas políticas públicas que o Banco Social vai ajudar a construir. Ana Bock deixa claro que a intenção é colocar o psicólogo e a Psicologia a serviço da sociedade brasileira e contribuir para a construção de políticas públicas imprescindíveis, hoje, para a mudança do Brasil. ●



Princípios e critérios do Banco Social de Serviços em Psicologia

O contato para oferta de serviços será feito com órgãos públicos municipais, estaduais ou federais.

O trabalho deverá se dar por projetos específicos de intervenção.

Os critérios que orientam a busca de projetos são:

1. Constituir uma área crítica;
2. Haver deficiência de políticas públicas no setor;
3. Existência de competência acumulada na profissão.

Organização e funcionamento:

O projeto será gerenciado pelo CFP, com uma articulação nacional entre os Conselhos Regionais.

Corpo de gestão:

1. Coordenação Nacional - formada por todos os Conselhos Regionais e o CFP, sendo que o representante de cada Regional deverá ser a pessoa que se responsabilizará localmente pelo projeto. Esta coordenação garantirá a execução do projeto e articulará informações necessárias para garantir visão global do projeto.
2. Núcleo de Coordenação - formado por um coordenador nacional, contratado pelo Sistema para organizar e administrar o projeto, assim como para fazer contatos para a construção de projetos e captação de recursos e por dois profissionais de apoio.
3. Comitê de Acompanhamento: formado pelo CFP e quatro Conselhos Regionais. Este comitê deverá acompanhar o projeto e tomar as decisões que garantam a política definida.
4. Gerente Local: cada CRP deverá ter um gerente local do projeto que deverá compor a coordenação nacional. Cabe a ele identificar urgências, negociar projetos, identificar servidores e organizar o coletivo de intervenção em âmbito local. Trabalhará articulado com o núcleo de coordenação.

Lista de testes psicológicos aprovados será divulgada no 2º semestre

O Conselho Federal de Psicologia divulgará, a partir de agosto, o resultado da análise da eficácia dos testes psicológicos. A avaliação está sendo feita desde o ano passado com o intuito de verificar a validade e a autenticidade de 109 testes que estão no mercado editorial. Segundo o conselheiro do CRP-SP, Rogério Duran, é de extrema importância que os psicólogos estejam atentos e acessem frequentemente os sites do CFP (www.pol.org.br) ou do CRP-SP (www.crp.org.br) para se manterem informados sobre a tramitação da análise e a publicação da lista dos testes avaliados em agosto. Testes que não tenham sido submetidos à avaliação ou que não forem aprovados pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (formada por psicólogos pesquisadores) terão seu uso proibido a partir da publicação da lista.

A Resolução nº 02/2003, que regula os testes psicológicos, determina que será considerada falta ética - passível de processo ético - a utilização de instrumentos que não constam na relação de testes aprovados pelo Conselho Federal, salvo os casos de pesquisa, conforme disposto na alínea "C" do Artigo 1º e na alínea "M" do Artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Duran lembra que a avaliação dos testes, como meio de qualificação dos seus

instrumentos de trabalho, visa garantir o rigor técnico e científico necessários à qualidade do exercício profissional e da prestação de serviço à população.

Os testes recebidos pelo CFP percorrem uma tramitação interna que envolve as seguintes etapas: recepção, análise, avaliação, comunicação de avaliação aos requerentes com prazo para recurso, análise do recurso e avaliação final.

Na análise dos testes, a Comissão considera requisitos estipulados pela Resolução. São verificados cuidadosamente, entre outros critérios, validade, fundamentação teórica, compatibilidade entre proposta do instrumento e resultado, fidedignidade e metodologia científica.

Os testes que não forem aprovados na primeira avaliação do Conselho Federal poderão ser reapresentados posteriormente pelos seus responsáveis técnicos, caso sejam cumpridas as pendências apontadas pela Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica. A reapresentação pode ser feita a qualquer momento. Sendo aprovados, os instrumentos terão seu uso novamente autorizado.

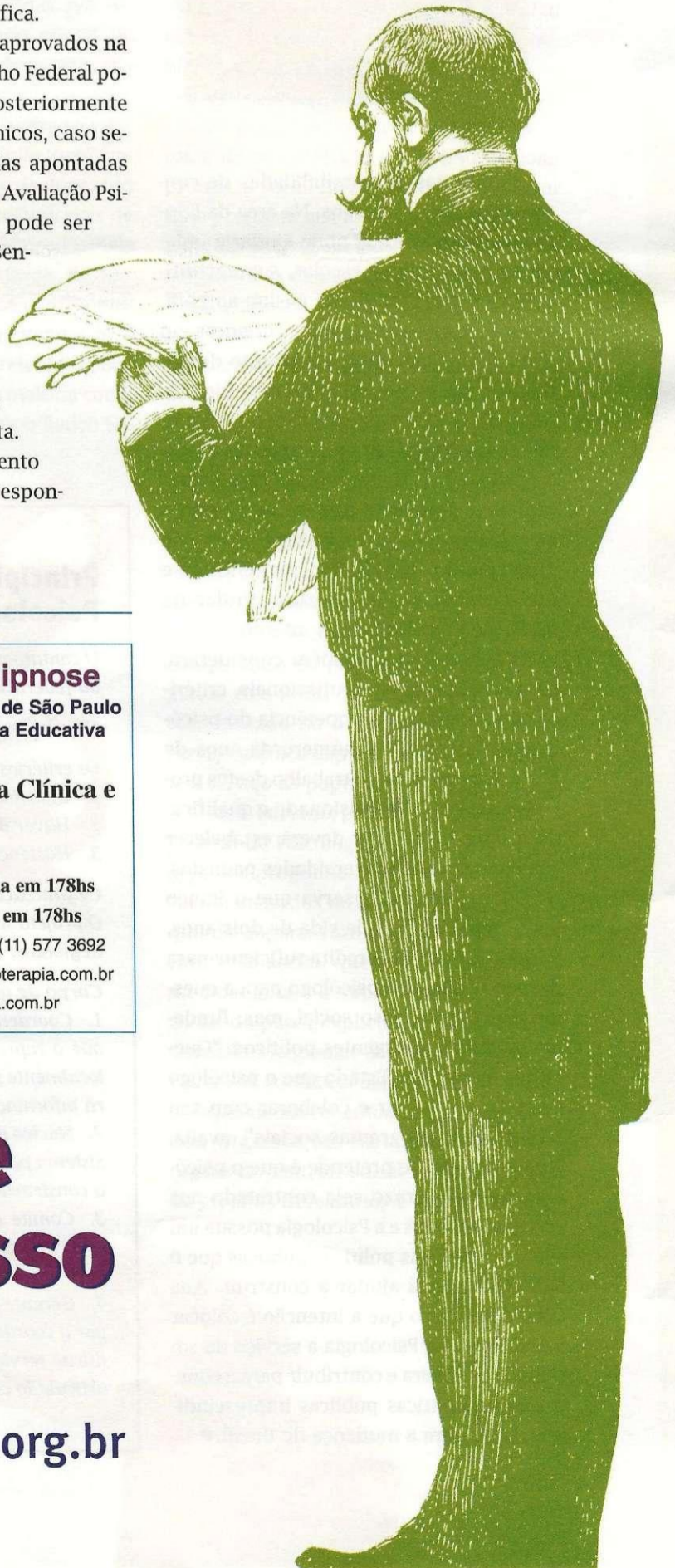
O processo de avaliação continuará aberto após a divulgação da primeira lista. Para submeter um instrumento de avaliação psicológica, o respon-

sável técnico deve enviar uma carta para o CFP com duas cópias do instrumento. O endereço é: SRTVN Quadra 702, Edifício Radio Center, sala 4024 A, Brasília - Distrito Federal - CEP 70719-900. ●

Atenção Psicólogo!

O Conselho Federal de Psicologia está divulgando o Edital nº 001/2003 que informa como se encontra o processo de avaliação de cada um dos testes psicológicos.

Acompanhe as etapas de avaliação pelo site www.pol.org.br



INFORME PUBLICITÁRIO

ITC INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA

ESPECIALIZAÇÃO EM TERAPIA COGNITIVA

NOVA TURMA
INÍCIO: MARÇO DE 2004

- ♦ **Duração:** 24 meses.
- ♦ **Carga horária:** 500 horas.
- ♦ **Encontros mensais,** 6a. e Sábado.
- ♦ **Horário:** 8:00 às 17:30h.
- ♦ **Coordenadora:** Ana Maria Serra, PhD
- ♦ **Excelente Corpo Docente:** 9 Doutores
- ♦ **Programa abrangente:** TC e áreas afins
- ♦ **Supervisão Clínica**
- ♦ **Inscrições:** 6/10 a 20/12/2003

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

Tel: (11) 4166.5660
E-mail: itc@itc.web.com
Web Site: www.itc.web.com

R. Machado Bittencourt, 205 - 04044-000 - São Paulo, SP

Formação em Hipnose

Instituto Milton H. Erickson de São Paulo & Instituto de Hipnoterapia Educativa

Destinado à Psicologia Clínica e Hospitalar

Hipnoterapia Ericksoniana em 178hs

Hipnoterapia Educativa em 178hs

Fone: (11) 5585 3372 Fax: (11) 577 3692

E-mail: miltone Erickson@hipnoterapia.com.br

Site: www.hipnoterapia.com.br

visite
nosso
site
www.crp.org.br

Estatuto da Criança e do Adolescente precisa de vontade política para sobreviver



Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha nascido, 15 anos atrás, maduro e avançado, a aplicação de seus princípios pelo Estado brasileiro está só engatinhando. Os tímidos resultados não foram suficientes para desanimar seus defensores nem tampouco para dar eco a setores mais repressivos da sociedade favoráveis à redução da maioridade penal. Mas o pensamento jurídico de boa parte dos operadores do direito e dos profissionais, que trabalham com infância e juventude, é de que, para dar vida ao Estatuto, o Estado tem que produzir política pública na área.

O presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude, juiz Rodrigo Junqueira, diz que o foco de preocupação não deve ser o dos opositores do ECA, que pouco ruído fazem. Até porque, readaptar o Estatuto significaria alterar a Constituição Federal, que elegera a criança como prioridade absoluta. Os esforços deveriam se concentrar, segundo ele, no sentido de forçar os Governos das três esferas a trabalhar com vistas na criança e no adolescente. Reformar o ECA seria "eximir o Estado de uma obrigação que não vem cumprindo".

O professor de Direito de Infância e Juventude da Escola de Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul, João Batista Costa Saraiva, diz que o princípio de prioridade absoluta tem de contaminar todas as ações de Estado em uma clara opção política. "O Estatuto, versão brasileira da Convenção das Nações Unidas de Direitos da Criança, está sendo paulatinamente efetivado", acredita. Para o professor, é preciso, porém, que haja "decisão política" para que se produzam os efeitos esperados.

O juiz Rodrigo Junqueira define o que se quer dizer com "vontade política": investimentos nas áreas sociais. Na educação: ampliação de vagas em creches, que em São Paulo atendem somente 1/3 da de-

manda, a grande causa de abrigamento na capital; orientação, apoio e acompanhamento temporário ao carente e abandonado em condições de risco; matrícula e frequência obrigatória na escola. Na assistência social: programa terapêutico em torno do drogadiço e de fortalecimento domiciliar; oportunidades de profissionalização e de práticas de esporte; tratamento médico e psicológico em regime hospitalar e ambulatorial do dependente. Junqueira explica que os juizes da Vara da Infância e da Juventude fazem todos estes encaminhamentos. "Mas tudo é muito precário", lamenta.

O professor Saraiva conta que a alma do ECA trouxe novos conceitos em relação às crianças e aos adolescentes, que saíram da antiga visão paternalista de proteção às crianças para a atual, de proteção de seus direitos, o que significa novos deveres a serem cumpridos pelo Estado, pela sociedade, pela família e também pelo adolescente. "É uma doutrina", continua, "inserida no contexto internacional de luta pelos direitos humanos. O Brasil antecipou-se e outros países, como Chile e Argentina, só agora se esforçam para ajustar suas legislações à normativa internacional. Por conta deste detalhe, pensar em mutilar o ECA seria um retrocesso". Saraiva defende aprimoramentos que sejam feitos dentro do próprio sistema que ele concebe, por meio de uma legislação que regule a execução de medidas sócio-educativas e a ampliação do módulo máximo de internação para até 15 anos para adolescentes em conflito com a lei.

O presidente da Febem, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, também defende a modificação do dispositivo que determina a reclusão de menores infratores para medidas sócio-educativas por prazo indeterminado. "A falta de perspectiva de liberdade gera tensão nos internos e faz

com que eles não acreditem na progressão. É preciso que as medidas sejam por prazos fixos", sugere. Paulo Costa, defensor da instituição que preside, diz que a Febem está em fase de reorientação. A secretaria da Educação acolheu a Febem que deixou de priorizar a contenção em prol dos aspectos pedagógicos.

Já o professor de Direito Administrativo e Filosofia do Direito da PUC, deputado federal José Eduardo Cardozo (PT/SP), tem uma visão mais crítica da Febem, a qual considera "uma verdadeira escola de crimes, triste retrato de políticas violentas". Para ele, instituições como a Febem só agravam o problema. "O Estatuto quer o adolescente na escola, no esporte, nas artes, no meio de famílias sem desemprego, com rendas capazes de garantir vida digna e qualificada", aponta. Se o ECA não está sendo aplicado como deveria, o problema deve-se, na opinião dele, "à posição conservadora e preconceituosa de setores sociais, que defendem medidas duras e rápidas". Cardozo afirma que a efetivação do Estatuto é um "trabalho de cada hora, pois se trata de um instrumento essencial à afirmação da plena cidadania".

Há mais em comum que diferença entre eles. Porém, a opinião contrária à redução da maioridade penal é convergente. Para o professor Saraiva, seria um crime contra a juventude. "O Estatuto contém um modelo de responsabilidade juvenil, fundado em princípios do chamado Direito Penal Mínimo, apto a dar conta das questões relativas ao adolescente em conflito com a Lei, reconhecendo sua especial condição de pessoa em desenvolvimento", garante. "Transferir o menino da Febem para a penitenciária é só mudança de endereço", acredita Rodrigo Junqueira. "É preciso, ao contrário, que haja também um forte investimento naqueles que não têm conseguido a recuperação", defende. ●

A Amazônia na mira dos norte-americanos



A Amazônia pode não ser o Elo Perdido que no passado povoava a cabeça de aventureiros. Mas é o tesouro brasileiro muito cobiçado por forças com vocação intervencionista. Por muito tempo ignorado pelos norte-americanos, o Brasil começa a chamar a atenção, não por seu patrimônio turístico e humano, mas porque esbanja riquezas minerais e hidrográficas, concentradas na região amazônica, que no futuro, não muito distante, estarão escassas em outras partes do planeta. Especialistas, e até autoridades do clérigo, comungam com a preocupação de que o Brasil pode estar na mira das políticas militar e geopolítica dos Estados Unidos. Como diz Wagner Ribeiro, geógrafo e professor do Departamento de Geografia da USP, quando faltam recursos, os países vão buscar onde tem. E há duas maneiras: por meio do comércio ou pela guerra.

O arcebispo de Manaus, d. Luiz Soares Vieira, reproduz um sentimento coletivo mundial de que a intervenção militar anglo-americana no Iraque foi um precedente muito sério. "Com esta tal guerra preventiva, os EUA poderão invadir o Brasil a hora que quiserem se pensarem que não cuidamos da Amazônia e estamos prejudicando os interesses deles", considerou.

Professor aposentado de Geografia da USP, Aziz Ab'Saber, uma das maiores autoridades quando o assunto é Amazônia, lembra que a queimada de proporções nababescas que ocorreu em Roraima, anos atrás, inflamou discursos do generalato norte-americano sobre a "incompetência do Brasil de gerenciar a Amazônia". Mas um país, como os EUA, que desprezam o Protocolo de Kyoto, tratado que procura limitar a emissão de gases causadores do efeito estufa que destroem a camada de ozônio, teria condições de garantir a preservação da Amazônia? O professor Aziz Ab'Saber diz que não. Primeiro porque a Amazônia é patrimônio do Brasil a serviço da humanidade. Depois, porque é necessário adquirir competência para administrar este imenso território, onde o deslocamento é muito difícil.

Mapa da mina - Aziz Ab'Saber revela o mapa da mina que já seria do conhecimento dos estrategistas norte-americanos. Ao nor-

te e ao sul do Baixo Amazonas, foram encontradas grandes jazidas de minerais. Ao sul do Pará, há um distrito mineral de importância mundial. O ferro de Carajás é da mais alta qualidade: 67% por quilo de rocha.

Nesta mesma região, imagens de satélite identificaram o mais complexo distrito metalífero do mundo que contém ferro, manganês, prata, ouro e nióbio. Tudo isto sendo explorado pela Vale do Rio Doce, estatal privatizada, segundo Aziz Ab'Saber, para o capital norte-americano, detentor de 90% de suas ações. "A displicência do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso implicou em risco para a nossa segurança nacional", fuzilou. Estes recursos serão indispensáveis para a metalurgia e para as montadoras dos EUA quando outras fontes se esgotarem.

O professor lembra que a Amazônia também guarda grandes bacias petrolíferas. Hoje de interesse terciário, já que os norte-americanos garantiram o fornecimento da matéria-prima com a invasão no Iraque. Antes disso, vem a água, elemento da natureza sem o qual a indústria paralisaria. O geógrafo Wagner Ribeiro cita dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, segundo o qual, em 30 anos, os EUA sentirão falta da água para girar sua enorme economia. E a bacia do Amazonas, geograficamente mais próxima, está em condições de suprir as necessidades industriais dos norte-americanos. "O rio Amazonas deságua 110 mil metros cúbicos por segundo no oceano, vazão três vezes e meia maior que a do rio Mississippi", revelou. A água poderia ser transportada por aquadutos ou por navio, como se faz com o petróleo.

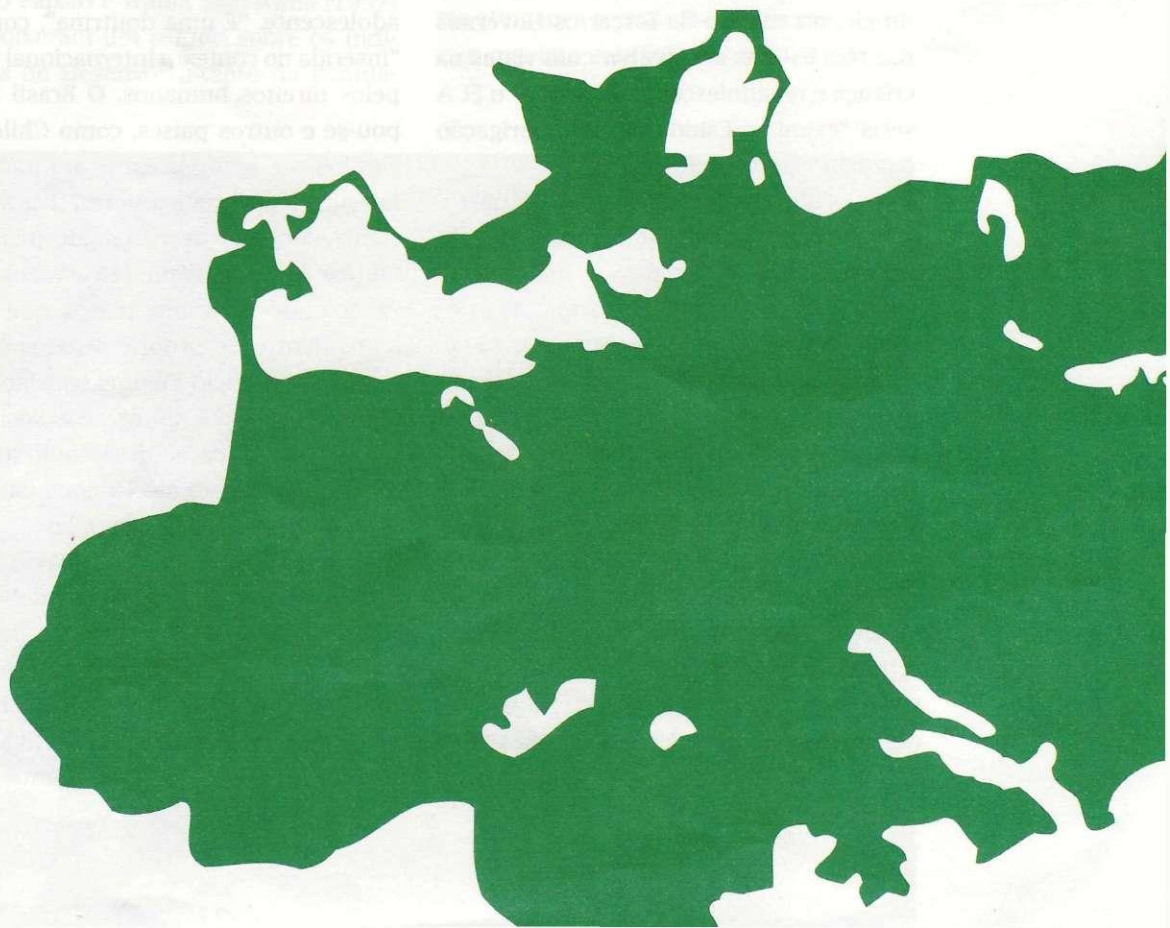
Pilhagem - A Amazônia já estaria sendo pilhada. D. Luiz alerta para a biopirataria que seria maior do que se imagina. Os norte-americanos estariam se valendo de Organizações Não Governamentais, travestidas de defensoras do meio ambiente, para roubar as propriedades medicinais de nossa fauna, que se-

greda o maior banco biogenético do mundo, e vendê-las para os laboratórios estrangeiros. "Estão explorando a sabedoria dos pagés", denuncia.

Mas como os EUA poderiam ter acesso a tamanha diversidade de riquezas? Todos concordam que o narcotráfico seria o pretexto mais óbvio que os norte-americanos poderiam usar para justificar uma intervenção militar na Amazônia brasileira. "A inteligência militar deles já está na Colômbia", revelou Wagner Ribeiro. "Se acharem preciso, ocuparão a região e farão uma cabeça de ponte para monitorar a Amazônia", acredita. "Não podemos permitir que avancem as fronteiras brasileiras".

Para ele, o monitoramento deveria ser feito pelo Brasil em outras condições que não as atuais. A ironia é que a concessionária que controla o Sistema de Vigilância da Amazônia é a empresa norte-americana Raytheon, que ganhou a concorrência realizada pelo governo de FHC. Para ele, deve haver uma presença mais intensa do Exército brasileiro na região com pessoal treinado para andar na selva, com monitoramento de satélite e aviões sob o controle de empresas nacionais.

O professor Aziz Ab'Saber sugere que o governo Lula elabore um planejamento para que o Brasil, que "ainda não conhece a Amazônia", faça o zoneamento das principais células desta vasta área, tenha equipes técnicas científicas que possam, junto com pessoas estabelecidas nos locais, compreender os grandes problemas sub-regionais. O arcebispo d. Luiz também se preocupa com a falta de consciência do que o país tem nas mãos. E aconselha: "O governo precisa tomar decisões corajosas em relação ao meio ambiente, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico, social e cultural e despertar no povo brasileiro o sentimento de que a Amazônia brasileira é nossa". ●



Liberdade Assistida recupera auto-estima de adolescentes que cometeram ato infracional

Uma das seis medidas sócio-educativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para recuperar adolescentes que cometeram atos infracionais, a Liberdade Assistida vem se mostrando, aos poucos, instrumento eficiente na recuperação destes adolescentes. O viés tem sido trabalhar a auto-estima e o potencial de cada um deles de maneira criativa e adequada. E os psicólogos aparecem como profissionais de importância estratégica na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

Fábio Silvestre Silva, pós-graduando em Psicologia do Esporte e coordenador do projeto de L.A. do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos (CEDECA), desenvolveu, este ano, com apoio da iniciativa privada, um programa em que adolescentes em Liberdade Assistida cumprem sua pena não nos pátios da Febem, mas no campo de futebol. Trata-se da primeira pesquisa e experiência feita no Brasil em que esse esporte é usado como medida sócio-educativa.

São 30 jovens, entre meninos e meninas, que comparecem todas as quartas-feiras aos campos de futebol do Sesc Interlagos, parceiro do CEDECA. Os Centros de Defesa estão dentro da política de atendimento prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Cada um tem sua autonomia, mas relaciona-se no âmbito nacional. No município de São Paulo, existem dez centros. O de Interlagos atende 250 jovens, todos moradores da Capela do Socorro, região considerada vulnerável pelos altos índices de violência.

Apesar de o programa estar em sua 8ª semana, Fábio garante que os resultados qualitativos já estão aparecendo e são os melhores possíveis. Ele conta que geralmente os adolescentes chegam ao CEDECA humilhados e desconfiados. Nesses dois meses, o diálogo já flui e começam a demonstrar suas necessidades. “O segredo está em trabalhar a emoção desses meninos. Fugir do método tradicional em que a conscientização é feita pela razão”, ensina Fábio.

Na partida de futebol, o menos relevante é aprender a jogar bola. Fábio explica que a idéia é pegar situações de jogo e transferir para a vida de cada um. Àquele, que tentou sem sucesso resolver sozinho uma jogada, vão ser mostradas as desvantagens de fazer as coisas sem a ajuda de ninguém, ignorando as pessoas ao redor.

Segundo o coordenador, essa transposição tem surtido efeito. Os jovens começam a entender os benefícios de se viver em grupo, respeitando um ao outro, como se tornar um líder, como fazer uma mobilização social e como isso pode ser revertido positivamente para suas comunidades. “Trabalhamos para que eles possam ser atores de suas próprias vidas. É o que chamamos aqui de protagonismo”, ressaltou.

O jovem D.C.O., 18 anos, diz ter “melhorado como pessoa” após ter entrado no projeto. “Depois que comecei a jogar futebol,

aprendi a ser mais equilibrado, a ter união, a respeitar e dar valor à liberdade. Acho que os meus amigos também devem sentir o mesmo”.

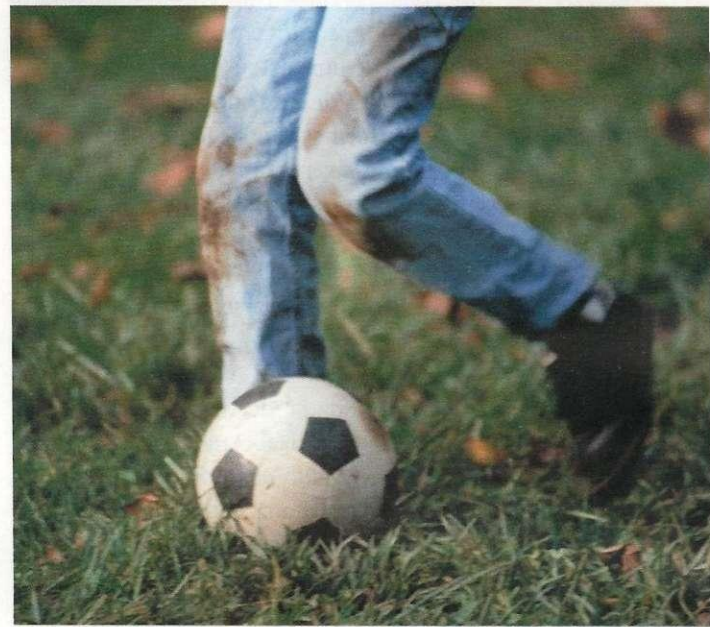
Além do prazer em praticar o esporte, para Fábio, a chave dos saldos positivos está em mexer com todas as emoções e frustrações desses adolescentes. Segundo ele, quando o emocional é mais trabalhado do que o racional, a pessoa tende a responder melhor, pois os sentimentos são as principais diretrizes do homem. Na Febem, os adolescentes foram totalmente privados de se expressar. “Lá a gente apanha por tudo e de todos. Apanha de madeira, do que tiver na mão. E se falar, chorar ou reclamar, apanha mais ainda”, revelou C.H.T., 17 anos.

A aplicação da psicologia na Liberdade Assistida procura trabalhar o desenvolvimento humano. Discutir o que é adolescer, a vivência e os sentimentos de cada um. Conforme Fábio, não é jogando informação de maneira vertical que os jovens vão entender e aplicar valores em suas vidas. A vivência e a política da autonomia surtem mais efeitos na vida dos jovens que a atual política pedagógica da Febem que é da contenção e agressão.

O psicólogo e especialista em Educação Social, Arthur Aduato Souza, que trabalha com adolescentes em Liberdade Assistida, na cidade de São Carlos, diz que a punição só gera a construção de mais presídios.

Em convênio com a Febem e os Salesianos, uma congregação da igreja católica que desempenha trabalhos com jovens da periferia, Arthur acompanha 140 jovens em três programas que envolvem emoção e raciocínio: orientação sexual, escultura em concreto celular e produção de curtas-metragens. O último é feito em conjunto com alunos do último período do curso de Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

A arte foi a maneira encontrada pelo psicólogo e sua equipe para sensibilizar e conscientizar os adolescentes. Arthur se orgulha em dizer que graças à introdução da arte-terapia e todos os outros projetos desenvolvidos pelo programa, em 2001, o número de



reincidência de jovens infratores caiu 50%. E entre as três atividades atuais, a escultura em concreto celular é a que tem trazido resultados mais significativos.

Nesse projeto, é feito um paralelo entre a lapidação (processo de transformação) e os sentimentos dos adolescentes. “Inconscientemente, os meninos acabam projetando na pedra todas as suas emoções. Eles exteriorizam sua criatividade, seus medos, sua imaginação. A partir daí, desenvolvemos a promoção da auto-estima e o potencial de cada um”, conta.

Segundo ele, os bons resultados são evidentes. Os jovens ficam mais críticos, se conhecem, se respeitam mais e se colocam em condição de dignidade. Além disso, com o tempo, conseguem equilibrar razão e emoção. Para Arthur, o trabalho do profissional de psicologia é justamente buscar esse equilíbrio. “O nosso único problema é que depois de seis meses, muitos não querem ir embora. Deveria existir um programa pós Liberdade Assistida”, sugeriu.

A tendência é que cada vez mais psicólogos venham a criar e participar de projetos como este. Mas tanto para Fábio como para Arthur, isso só será possível se houver mais investimentos privados e governamentais. ●

Liberdade assistida

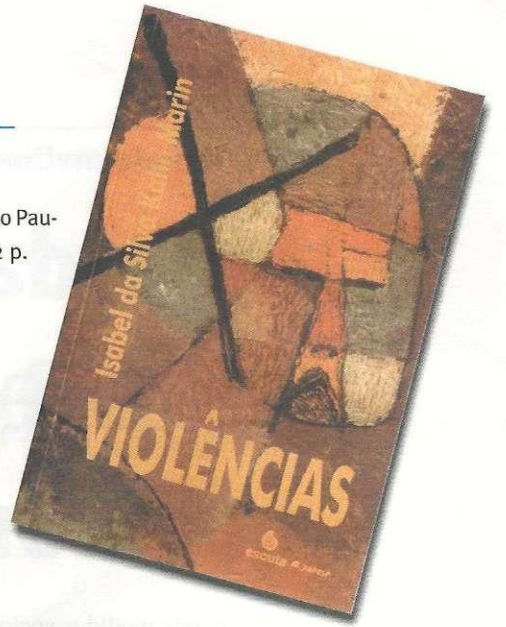
Febem: a busca de alternativa

Segundo a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor, cerca de 13 mil adolescentes estão, no momento, em regime de Liberdade Assistida no Estado de São Paulo; 3.500 na capital. A L.A. é uma fase do processo de reeducação pela qual passam todos os jovens infratores. Tem duração mínima de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida. Diferente da internação e da semiliberdade executadas apenas pelo Estado, a Liberdade Assistida pode ficar sob a responsabilidade de organizações não-governamentais ou de entidades civis. As condições são ter convênio ou parceria com a Febem e cumprir com as exigências impostas pelo ECA, que inclui disponibilizar uma pessoa capacitada para acompanhar o jovem até o fim de sua medida sócio-educativa.

No entanto, o avanço está, sem dúvida, nas mudanças que o Estado pode operar nos seus próprios serviços, mantendo-se com o responsável pelo atendimento educativo à infância e à adolescência.

Violências

Isabel da Silva Kahn Marin, São Paulo, Escuta/FAPESP, 2002, 202 p.



Sutis violências

Percorrendo as estantes de lançamentos das livrarias, talvez tivéssemos poucos motivos para nos interessarmos por mais um livro que trata da violência. Algo, porém, nos intriga naquela capa. Tons encarnados se mesclam com o primitivo ocre da terra. Formas abstratas de um rosto são marcadas por curiosos sinais (de vida? de morte?). Porém, as cores, as formas ainda não explicam completamente nossa vontade de o acolhermos em nossas mãos. A palavra nos captura: *Violências*.

O signo percute: a violência é plural.

Pelo detalhe revela-se, como sempre, uma dimensão negligenciada do fenômeno. Pelo plural, singulariza-se a análise da violência. Pela sensibilidade, destaca-se o sentido da obra. É assim que Isabel Kahn Marin nos conquista, convidando-nos a uma outra compreensão, mais profunda, das *violências*. Graças a ela, descobrimos que a violência, como uma boneca russa, aparentemente única, sempre abriga uma outra em seu interior, podendo também abarcar muitas outras fora de si.

A cultura, a ciência e a mídia nos oferecem constantemente relatos e análises que tentam explicar a intensificação da violência no mundo em que vivemos. Porém, muitas dessas abordagens, as da mídia em particular, pretendendo denunciar cenas atrozadas de crimes, guerras, atentados e transgressões, acabam por banalizar a violência, entorpecendo-nos e nos anestesiando pela repetição e pelo excesso. Vítimas da violência, buscamos nos filmes, nos noticiários, nos jogos eletrônicos de destruição o exatário para a impotência e para angústia que sentimos diante da ameaça a que estamos, todos, submetidos. Muitas vezes, os bandidos transformam-se em heróis que nos fascinam, e pelos quais torcemos. Outras, um prazer insidioso nos invade ao escutarmos relatos de catástrofes e de atrocidades. Quem é violento?

Ao mesmo tempo, tentamos viver de forma "segura". Protegemos nossas propriedades, circulamos apenas por lugares conhecidos, iluminados e vigiados, selecionamos os grupos sociais que freqüentamos. Construímos rotinas e vidas que tentam sustentar a crença na imunidade e na possibilidade de nos mantermos à distância da violência. Nos bairros centrais, acreditamos que é nas periferias que ela se localiza. Paulistas, consideramos escandalosa a violência no Rio, enquanto cariocas se regozijam quando as estatísticas mostram o contrário. Os americanos acreditam que o "eixo do mal" e os estrangeiros encarnam a ameaça de destruição do mundo, julgando natural (e moral...) a guerra para erradicar tal ameaça. Onde estão as violências?

Percebemos quão pueris são tais manobras. Sabemos, porém, o quanto é confortável, e, às vezes, necessário, apegar-se a elas. Muitas vezes, para tolerarmos a dor de existir, precisamos atribuir ao outro o insuportável que nos habita. Outras, para sobrevivermos, precisamos imaginar que algo pode proteger-nos do que, de dentro, nos ameaça.

Isabel Kahn Marin nos convida a difíceis tarefas: a observação de nós mesmos, o encontro com o insuportável de nós colocado no outro, o questionamento de nossas ilu-

sões. Ela aponta que não é apenas nas favelas, nas prisões, nos campos de batalha, nas manifestações mais explícitas de conflitos entre ricos e pobres, entre opressores e oprimidos que encontramos a violência. Observamos melhor as construções reluzentes de aço e vidro de nossas cidades, a assepsia e a brancura imaculada de alguns serviços e profissionais da saúde, a elegância perfumada de executivos políglotas e bem-educados, as palavras caridosas dos que declaram só desejar o bem para o próximo. Se tivermos coragem, podemos também tentar, ainda, nos olharmos no espelho...

As violências são ardilosas. Se elas frustram quase todas as tentativas de erradicá-las ou de preveni-las é por que se escondem ali onde menos se espera encontrá-las: no policial que combate o crime, no professor que tenta educar o aluno rebelde, no pai que tenta conduzir o filho pelo bom caminho, em muitas de nossas melhores intenções. Podemos fingir que não a enxergamos, por mais gritantes que sejam suas expressões. Nossas ilusões têm um preço. Segundo Isabel, a negação da violência e a recusa em assumirmos a violência que nos habita pode estar contribuindo para a formação de práticas aniquiladoras, forma última de afirmação da singularidade do sujeito. Revolvendo ainda mais nossas cambaleantes certezas, ela desfere o golpe certo que nos lembra ser a violência condição constituinte de nossa subjetividade, de nossa existência.

Isabel é psicanalista, professora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Suas análises sobre as violências valeram-lhe o merecido título de Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Suas hipóteses, sua escrita inspiram-se em sua experiência em Varas de Infância e Juventude, na FEBEM, no trabalho com vítimas de violência doméstica, mas também na observação do mundo contemporâneo, no contato com famílias e escolas dos melhores bairros de São Paulo, na reação de seus alunos ao contato com as realidades sociais das quais sempre foram protegidos. Na leitura dos fenômenos encontrados em todos esses contextos, transparece a sensibilidade de sua escuta e de seu olhar clínico.

A partir do mito da horda primitiva e da experiência edípica, Isabel resgata a leitura freudiana da função fundadora, para o sujeito e para a sociedade, da violência e do conflito. Ela convida como interlocutores para sua análise M. Klein, Lacan e Winnicott, destacando a preciosa contribuição de Piera Aulagnier para a compreensão da violência fundamental, sem a qual a existência do sujeito não é possível.

Descortina-se, então, diante de nós, a cena na qual se decide o drama de nossa existência. Desde os primeiros momentos de vida, o ser humano se confronta com a terrível descoberta de que seu semelhante, capaz de lhe doar a vida é também capaz de sua destruição. A violência fundamental se configura como a experiência necessária do encontro com o outro que marca a impossibilidade da manutenção da fusão primitiva, da onipotência, e do ideal narcísico, condição da coexistência e do laço social e da própria existência do sujeito. Por mais que necessá-

rio, é insuportável, porém, o encontro com todo aquele que marca os limites do movimento pulsional e de nossos desejos mais primitivos. É inevitável o ímpeto de tentar destruir as fontes de tamanhas frustrações. Para alcançar o outro, para amá-lo, para conviver e ser com ele solidário devemos, portanto, poder superar a violência que deseja eliminá-lo como obstáculo ao nosso narcisismo e aos nossos desejos fusionais.

Estabelece-se assim, ao longo de toda a vida, o delicado exercício da busca do equilíbrio entre a violência necessária, estruturante, e o risco de seu transbordamento quando, pelo gozo e pelo excesso, são inviabilizados o desenvolvimento e a realização do sujeito. Percebemos assim a diferença entre a violência que propicia a experiência da liberdade, no complexo convívio de cada um com seu semelhante, e a violência que subjuga, escraviza e destrói o sujeito e a sociedade.

Isabel não nos propõe fórmulas fáceis. Ela revela que, em qualquer âmbito de nossa existência, é inevitável o encontro com as violências. Suportemos um pouco essa revelação. Aceitemos nos confrontarmos com essas imagens. Não sermos tão bons quanto desejaríamos, tão belos, honestos e nobres quanto sempre imaginamos ser. Apesar de difícil, é esse outro olhar sobre nós mesmos e sobre a relação com nosso semelhante que pode nos revelar uma forma inusitada de compreendermos as violências. Poderemos então, com outros olhos, olhos do outro, visitar os corredores institucionais, observar as relações sociais, compreender os jogos de poder nos quais estamos inseridos, debruçarmo-nos sobre as difíceis relações entre pais e filhos, professores e alunos, médicos e pacientes. Poderemos também observar de forma diversa as manifestações coletivas e individuais da violência e melhor nos instrumentarmos para a clínica, para a profilaxia e para lidarmos com esses fenômenos.

Compreender e lidar com a violência implica, portanto, suportar a decepção inevitável quanto à imagem que temos de nós mesmos, do outro e do mundo em que vivemos. Se tolerarmos esse desconforto, podemos descobrir aquilo que, nas confidências compartilhadas, pode esse livro nos ensinar. Na carne, sentimos o imperativo de enfrentarmos a violência, a dor, para criar e resgatar a ternura que pode nos unir, a liberdade de que precisamos para existir. ●

Rubens Marcelo Volich

Psicanalista. Doutor pela Universidade de Paris VII - Denis Diderot. Professor do Curso de Psicossomática do Instituto Sedes Sapientiae. Autor de *Psicossomática - De Hipócrates à Psicanálise* e de *Hipocondria - Impasses da alma, desafios do corpo* (SP, Casa do Psicólogo, 2000 e 2002). E-mail volichrm@dialdata.com.br.



Estante

Psicologia e Saúde na Amazônia: Pesquisa e Realidade Brasileira

Organizado por Ronilda Ribeiro, Miguel Nenevé e Marilene Proença. Como vivem e trabalham moradores da Região Norte do Brasil? Que dificuldades enfrentam no âmbito das relações humanas? Como a psicologia pode contribuir para entender homens, mulheres e crianças na região amazônica? Tais perguntas norteiam muitos dos capítulos deste livro. Os textos compilados neste volume apresentam um leque de dimensões da subjetividade humana nas áreas institucional, cultural e profissional cujas pesquisas são inéditas no Brasil. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 245 págs., R\$ 30,00.

Semiologia em Psiquiatria da Infância e da Adolescência

Obra de Franciso B. Assumpção Jr., este livro deveria ser uma Psicopatologia Geral na infância e na adolescência. Entretanto, o passar dos anos transformou essa possibilidade em algo anacrônico e atópico, pois em um momento extremamente pragmático e dependente de resultados econômicos, pensar o “ser-no-mundo” tornou-se, na melhor das hipóteses, algo difícil e pouco prático. Dessa forma, foi transformando em algo mais palatável a modernidade da “Psiquiatria de crizadinhas”, de forma poder se transformar em manual semiológico que possa servir ao estudante da área na elaboração do atendimento à criança. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 328 págs., R\$ 39,00.

A Transferência na Clínica Reichiana

Escrito por Cláudio Mello Wagner. Através do tema da transferência – assunto, aliás, caro a W. Rich – o autor apresenta a vegetoterapia, não só a técnica, mas também como método de investigação do inconsciente pela via do corpo. Com o relato de casos clínicos, o autor demonstra como a abordagem corporal tem muito a contribuir no processo psicanalítico, tornando-o mais pulsátil e vibrante integrando corpo e alma, razão e emoção, ciência e arte. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 209 págs., R\$ 25,00.

Psicanálise e Pedagogia

Organizado por Lino de Macedo e Bernadete Amêndola de Assis. O livro apresenta textos de 24 autores que participaram do Simpósio Psicanálise e Pedagogia, em outubro de 2002, no MASP, em São Paulo. A obra apresenta reflexões que indicam que um diálogo entre a Pedagogia e a Psicanálise é possível, desejável e necessário para o desenvolvimento do ser humano em sua racionalidade, afetividade, autonomia, humanidade e cidadania, objetivos fundamentais em educação. Editora Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 175 págs., R\$ 21,00.

Psicoterapia Breve Psicanalítica: Compreensão e Cuidados da Alma Humana

Livro de Haydée Christinne Kahtuni. O ponto fundamental deste trabalho é a ênfase de se adequar a psicoterapia breve a determinadas situações psíquicas apresentadas pelos pacientes, escapando de uma certa visão de senso comum de que a PB seria um procedimento psicoterápico mais econômico, simples e barato, utilizável para a camada da população menos favorecida economicamente. Dessa forma, deve-se levar em conta a singularidade da personalidade e da história de vida daquele que busca ajuda para realizar um trabalho adequado. Editora Escuta, (11) 3672-8345, 153 págs., R\$ 33,10.

Psicopatologia dos Ataques de Pânico

Escrito por Mário Eduardo Costa Pereira. Este livro aborda o problema dos ataques de pânico a partir da perspectiva da dimensão subjetiva. Sua proposta é dar ao problema psicopatológico do pânico, um enfoque propriamente psicanalítico a partir da noção freudiana de “desamparo”, que permite situar toda a questão psicopatológica em termos metapsicológicos. Editora Escuta, (11) 3672-8345, 247 págs., R\$ 39,00.

Quando nos Tornamos Velhos?

Escrito por Vera Lúcia Gonçalves Beres. O livro traz estados emocionais que podem ser traduzidos como “momentos de envelhecimento”, tendo como respaldo a teoria psicanalítica. Biologicamente, pesquisas na área de neurobiologia e da neuropsicologia são fontes que contribuem para a compreensão da questão. E, socialmente é abordado como o meio social pode atuar de modo favorável ou desfavorável nas diversas etapas da vida. Editora Vetor, 276 págs., (11) 283-0336, R\$ 31,00.

As Emoções no Processo de Alfabetização e a Atuação Docente

Obra de Cleomar Azevedo. O livro tem como objetivo responder perguntas como: por que toda didática, por mais bem intencionada que seja, é ineficaz para alguns alunos? Como envolver os alunos na aprendizagem? Como atua o professor alfabetizador? Entender a estreita e humana relação entre o desenvolvimento da consciência e da linguagem, é a meta da investigação aqui realizada por meio de entrevistas com professoras que obtêm sucesso em sua atuação. Editora Vetor, 254 págs., (11) 283-0336, R\$ 30,00.

Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica

Coordenação de Sérgio Paulo Rigonatti e organização de Antônio de Pádua Serafim e Edgard Luiz de Barros. As esperanças da sociedade para entender, prevenir, abordar e julgar delitos e comportamentos anti-sociais, decorrentes de transtornos mentais repousam em pesquisas multidisciplinares de elevado gabarito. Aprofundar o estudo da relação criminologia-saúde mental e propiciar o acesso amplo a informações fidedignas é o que pode tornar o futuro mais promissor. Esta é uma das tarefas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica (Nufor) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Este livro é uma das suas primeiras publicações. Editora Vetor, 317 págs., (11) 283-0336, R\$ 35,00.



PÓS-GRADUAÇÃO UNICSUL

DEBRIITO

PORQUE A DIFERENÇA ENTRE SER BOM E SER MELHOR É UMA QUESTÃO DE ESTRELA.

PSICOLOGIA

Lato Sensu

- Famílias
- Psicopedagogia

Extensão

- Atendimento domiciliar - uma alternativa de trabalho na área da Saúde
- Capacitação para psicólogo responsável pela avaliação psicológica e para psicólogo perito examinador do trânsito
- Educação sexual - formando educadores
- Educação sexual e planejamento familiar com enfoque na adolescência
- Educando o educador
- Orientação profissional
- Psicopatologia

Outros cursos de Pós-Graduação nas áreas de Educação, Tecnologia, Direito, Enfermagem, Odontologia, Arquitetura e Saúde.

MATRÍCULAS ABERTAS



Campus São Miguel
Av. Dr. Ussiel Cirilo, 225 - São Paulo - SP

Campus Anália Franco
Av. Regente Feijó, 1295 - São Paulo - SP

Informações
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Tel. (11) 6956-2979 e 6137-6734
pos@unic sul.br

www.unic sul.br

Cursos de Especialização

Para Psicólogos

- * Psicologia Hospitalar
- * Psicologia Jurídica
- * Psicologia Organizacional e do Trabalho
- * Psicologia Clínica: Psicoterapia Breve - Adultos
- * Psicologia Clínica: Psicoterapia Breve - Infantil
- * Psicologia Clínica: Intervenções Preventivas na Crise

2 anos - 560 horas

Um encontro semanal/presencial + atividades práticas
Semestralidade: matrícula R\$150,00 + 5 x R\$300,00
Turmas com início em agosto de 2003

ΨPPESP

INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686

Coordenação:
Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho

Proposta pedagógica do Instituto, conteúdo programático dos cursos, relação do corpo docente, horário das aulas e resoluções do CFP sobre Cursos de Especialização no site:

www.ippesp.psc.br

Cursos de Extensão

Expansão cultural para as áreas de Psicologia e afins

- * Desenvolvimento Emocional Primitivo Winnicottiano
- * Velhice e Envelhecimento Humano - Desafios da Atualidade
- * Ser e Fazer - A Clínica Winnicottiana e os Enquadres Diferenciados
- * A Escuta e o Olhar com Winnicott

4 meses - 70 horas

Um encontro semanal
Mensalidade: R\$120,00 (x4)
Turmas com início em agosto de 2003

Unidade 1: Rua Ouvidor Peleja, 220 - 04128-000 - Vila Mariana - Metrô Santa Cruz - Tel. 5583.3704

Unidade 2: Rua Luís Gois, 1185 - 04043-300 - Vila Mariana - Metrô Santa Cruz - Tel. 5589.7537

Falecimentos

CRP-SP perde ex-presidente

Faleceu, no dia 17 de junho, o prof. dr. Luiz Otávio de Seixas Queiroz, em Campinas (SP). Ele foi presidente do CRP-SP no período de 1980 a 1982. Sua trajetória profissional contribuiu para o fortalecimento da Psicologia e da autarquia. Os psicólogos paulistas reconhecem a contribuição de Queiroz e oferecem solidariedade a seus familiares.

Psicologia brasileira perde um de seus pioneiros

No dia 17 de junho último, a Psicologia perdeu Franco Lo Presti Seminário, aos seus 80 anos. Italiano, no Brasil desde 1947, trabalhou pela Psicologia brasileira até o fim. Morou no Rio de Janeiro, trabalhou no CeJOP – Centro Juvenil de Orientação e Pesquisa, no ISOP – Instituto de Seleção e Orientação Profissional, e na UFRJ. Dirigiu a primeira revista de psicologia de circulação nacional: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (atualmente Arquivos Brasileiros de Psicologia). Autor de livros e artigos, foi incansável produtor na Psicologia. Obrigada, Seminário.

Brasil perde uma de suas grandes psicólogas

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul perdeu, no dia 19 de maio, uma de suas professoras doutoras mais ilustres. Ângela Maria Brasil Biaggio faleceu em Porto Alegre (RS), em decorrência de câncer. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1964, ela foi professora e pesquisadora em Psicologia do Desenvolvimento, reconhecida nacional e internacionalmente por seus estudos em desenvolvimento moral na teoria de Kohlberg, além de ansiedade, raiva e depressão na concepção traço-estado de Spielberger. Publicou 11 livros no Brasil e no exterior, traduziu e adaptou obras de ansiedade-estresse. Foi diretora da Sociedade Latino-Americana de Psicologia. Estava aposentada, morando em Taquara – RS, mas ainda trabalhava intensamente em pesquisa, orientando diversos alunos de mestrado e doutorado.

Feira de Psicologia Clínica

O Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor) e a Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap) promoverão, no dia 19 de agosto, a Feira de Ensino e Atualização em Psicologia Clínica Aplicada à Área da Saúde. O objetivo do evento é divulgar os diversos programas de aprimoramento, estágio e pós-graduação, além de promover debates com ex-aprimorandos, supervisores, faculdades, conselhos e políticos ligados à Psicologia Clínica aplicada à área da Saúde. Os psicólogos e estudantes também terão a oportunidade de conhecer os variados campos de estágio e especialização, se atualizar e reciclar com palestras de profissionais renomados e apresentações de novas pesquisas científicas.

A Feira acontecerá no Centro de Convenções Rebouças – SP, que fica Av. Dr. Enéas Carvalho Aguiar, 23. Mais informações pelo telefone (11) 3069-5290 ou pelo email psiensino@incor.usp.br.

Dia do Psicólogo

Psicólogo, participe das atividades programadas pela sede e pelas sub-sedes do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Na ocasião, será lançado nacionalmente o Banco Social de Serviço em Psicologia. Consulte a programação, visitando o site do CRP-SP (www.crp.org.br).



Projeto que beneficia psicólogo avança no Senado

O projeto de lei nº 77/03, que torna obrigatória a presença de psicólogo hospitalar em todos os serviços de saúde pública e privados e sua assistência ao paciente, avança no Senado Federal. Depois de ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça, o PL recebeu parecer favorável do relator da Comissão de Assuntos Sociais, senador Mão Santa. A matéria está pronta para ir à votação na comissão. Se aprovado, o projeto vai a plenário.

Site do CRP-SP atualiza serviço de Orientação

A seção “Dúvidas Frequentes” do serviço de Orientação do site do CRP-SP (http://www.crp.org.br/a_orien/set_duvidas_frequentes.htm) está agora atualizado e reformulado. Além de novas perguntas e respostas, quem visita o site recebe o auxílio completo do Conselho para regulamentar sua atuação profissional. Os temas vão de legislação, inscrição, anuidade, honorários a vigilância sanitária. Assuntos como conflito entre ética e demandas institucionais estão ainda subdivididos por outras áreas de interesse. Consulte o site (www.crp.org.br).

Psicologia e Compromisso Social: entre na Rede

Em setembro, será lançada uma base de dados no site do Conselho Federal de Psicologia (www.pol.org.br) que reunirá resumos de práticas profissionais e pesquisa que abordem a inclusão e compromisso social, numa visão transformadora da realidade. O serviço, intitulado “Psicologia e Compromisso Social: Entre na Rede”, estará sob a coordenação de uma comissão de psicólogos do CRP-SP que cuidará da elaboração do sistema de arquivamento e da aprovação dos trabalhos. A idéia é proporcionar um espaço democrático para divulgação de sínteses de trabalhos e pesquisas, possibilitando o intercâmbio entre os profissionais interessados nos diversos temas.

Prêmio Monográfico aborda este ano Psicologia e Comunicação Social

Já estão abertas as inscrições para o prêmio “Dante Moreira Leite - Psicologia e Comunicação Social: Produção de Sujeitos, Subjetividades e Identidades Culturais”. Instituído pelo Conselho Federal de Psicologia, o prêmio pretende estimular estudantes e profissionais na produção científica sobre a relação entre Psicologia e democratização das comunicações no Brasil.

Os trabalhos vencedores receberão até R\$ 3.000,00 (três mil reais) e cederão os direitos de publicação das obras ao Conselho Federal de Psicologia. O regulamento e a ficha de inscrição estão disponíveis no www.pol.org.br. Informações (61) 429-0100.

CRP-SP contra o ISS

O CRP-SP entrou, em maio, no Tribunal Regional Federal com uma liminar contra a Prefeitura de São Paulo, questionando o aumento abusivo do ISS do Psicólogo Autônomo. Para acompanhar o andamento do processo, acesse o site do CRP-SP (www.crp.org.br).

Eleição do CONDECA gera polêmica

O Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente espera a decisão do Juiz da Vara Fazendária sobre o pedido de suspensão da eleição para a composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA). Realizada no dia 10 de maio, a eleição contrariou várias entidades membros do Fórum, que se retiraram do processo alegando fraude e omissão sobre a publicitação dos procedimentos. Uma das arbitrariedades apontadas foi a assembléia ter sido conduzida por membros do governo, descumprindo regras básicas para esse tipo de procedimento.

Encontro Nacional de Psicologia Social

Entre os dias 16 e 17 de outubro, a cidade de Porto Alegre (RS) será palco do XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). Promovido a cada dois anos, o evento congrega a comunidade científica e profissionais que fazem da interface entre a Psicologia e a Sociedade seu campo de trabalho e de reflexão. “Estratégias de Invenção do Presente - a Psicologia Social no Contemporâneo” é o tema deste ano e afirma-se como uma proposta, um desejo. O Encontro acontecerá na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Avenida Ipiranga, 6681 - Prédios 40 e 41. Informações e inscrições pelo telefone (51) 3320-3680, email: proex@puers.br ou ainda pelo site www.puers.br/abrapso.

Congresso de Psicologia Hospitalar

Acontece, entre os dias 17 e 20 de setembro, o IV Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, em Porto Alegre (RS). O evento, organizado pela PUC-RS, tem como principais objetivos proporcionar a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes e divulgar estudos e pesquisas na área da Psicologia Hospitalar. Mais informações pelo site www.sbph.org.br.